Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, E SEXTA-FEIRA, 25 E 26 DE JANEIRO DE 2024 | Nª 25.577 | Preço banca: R$ 3,50

Casos de dengue aumentam devido ao El Niño e altas temperaturas

As alterações climáticas provocadas pelo fenômeno conhecido como El Niño contribuem para infestações por Aedes aegypti e para a explosão de casos de dengue registrada no Brasil. Isso porque a combinação de altas temperaturas e chuvas intermitentes é a receita perfeita para a proliferação do mosquito. O alerta é de infectologistas ouvidos pela Agência Brasil e pela Rádio Nacional.

Infectologista graduado pela Universidade Federal da Bahia e descobridor do vírus Zika no Brasil, o médico Antonio Carlos Bandeira explicou que um corredor climático que sai do Centro-Oeste e desce pela porção oeste das regiões Sudeste e Sul acaba por contribuir para o aumento de casos da dengue não só no Brasil, mas em países vizinhos como Paraguai e Argentina. "Isso facilitou. Fez com que o Aedes aegypti pudesse ser disseminado."

"É isso que faz com que a coisa se complique. Você tem esse corredor de calor, e ele fica oscilando, com muita precipitação pluviométrica, de forma intensiva. Isso facilitou demais. Calor e muita chuva intermitente são a combinação principal para a dengue", disse. "O Aedes aegypti se reproduz mais rápido e vive mais quanto mais elevada é a temperatura. A situação é essa. Ele vive mais e se multiplica mais." Página 8

BNDES Azul tem o mar como centro de estratégia de desenvolvimento

Página 3

Delegado da PF diz que Vale mentiu em simulação na mina em Brumadinho

Página 8

Número de usuários de planos de saúde passa de 51 milhões em 2023

Levantamento divulgado na quarta-feira (24) pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) revela que o setor totalizou, em dezembro do ano passado, 51.081.018 usuários de planos de assistência médica, superando, pela primeira vez, a marca de 51 milhões. Os planos exclusivamente odontológicos registraram, por sua vez, 32.668.175 beneficiários. O setor engloba 680 operadoras ativas médico-hospitalares com beneficiários e 238 operadoras ativas exclusivamente odontológicas com beneficiários. Página 3

São Paulo completa 470 anos com extensa programação cultural

Foto/Wikipédia

Página 2

Governo paulista vai instalar 649 novos radares nas rodovias em 2024

Página 2

Vendas de supermercados têm alta de 3% em 2023

As vendas dos supermercados registraram crescimento de 3,09% em 2023 na comparação com o ano anterior, segundo levantamento Associação Brasileira de Supermercados (Abras) divulgado na quarta-feira (24). Em dezembro do ano passado, o setor teve alta de 10,73% em comparação com o mesmo mês de 2022.

O vice-presidente da Abras, Marcio Milan, avalia que o cenário econômico ao longo do ano foi favorável à expansão do consumo. Página 3

Esporte

Meia Maratona Int'l de São Paulo completa sua 17ª edição

Uma das principais provas de rua do país, a Meia Maratona Int'l de São Paulo chega a 17ª edição no dia 28 de janeiro, em Itaquera, na Zona Leste de São Paulo. A largada e chegada no Shopping Metrô Itaquera, ao lado do estádio do Corinthians, para os atletas inscritos em cada uma das três distâncias oficiais: os tradicionais 21,09 km e 5 km, e os 10 km, que foram incluídos no ano passado. Nesta edição, o foco é na diversão de todos.

A programação de largadas no dia 28 prevê os seguintes horários: Meia Maratona – 6h35 Cadeirantes; 6h40, Elite masculino e feminino; 6h45, Atleta com Deficiência, Pelotão Premium e Pelotão Geral; 10 km – 6h50, Atleta com Deficiência e Pelotão Geral; 5 km – 7h, Atleta com Deficiência e Pelotão Geral.

Os corredores percorrerão um percurso bastante técnico por ruas e avenidas de uma das mais populosas regiões da capital paulista. O sucesso do ano passado mostrou que a organização estava no caminho certo ao buscar novos locais para eventos importantes da temporada e novos percursos para os corredores, facilitando o acesso de atletas de diferentes regiões.

O local ainda tem a seu favor a facilidade de acesso aos participantes de outras partes da cidade, uma vez que está a poucos metros da estação Corinthians-Itaquera e da linha 11 Coral da CPTM. O acesso por carro também é uma opção para os participantes.

A retirada de kits, como no ano passado, será em dois pontos e o atleta deverá fazer a mesma no local que escolheu no ato da inscrição. Não haverá entrega de kit no dia e nem após a competição. Os locais e horários são os seguintes: ZONA LESTE – Shopping Metrô Itaquera, na Av. José Pinheiro Borges, s/n Itaquera, no dia 27/1, das 10h às 20h; ZONA SUL/OESTE - Shopping West Plaza, na Av. Francisco Matarazzo s/n, Água Branca, 3º Piso - Bloco A, próximo ao Outback, no dia 27/01, das 10h às 20h.

Foto/Foco Radical

17ª *Meia Maratona Int'l de São Paulo*

A 17ª Meia Maratona Int'l de São Paulo tem organização e realização da Yescom, com patrocínio de Assaí, Drogaria São Paulo, Smart Fit, Movida, Polpanorte e Shopping Metro Itaquera. O patrocínio especial é de 3 Corações, com copatrocínio de Montevérgine e Dois Cunhados. O apoio é de Itambé, Antilhas, Movimento Plástico Transforma, Espaçolaser e Mid Zero. Apoio especial da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo, pela Secretaria de Esportes e Lazer e pela Secretaria Municipal de Turismo. A supervisão é da Federação Paulista de Atletismo (FPA) e da CBAt – Confederação Brasileira de Atletismo. Mais informações no site www.meiamaratonadesaopaulo.com.br

Osasco São Cristóvão Saúde defende a vice-liderança da Superliga 23/24 no Paraná

Osasco São Cristóvão Saúde defende a vice-liderança da Superliga Bet7k na noite de quinta-feira (25). A equipe comandada pelo técnico Luizomar enfrenta o Unilife Maringá a partir das 21h, no ginásio Chico Neto, no Paraná. O SporTV 2 transmite a partida. A página oficial do clube no Youtube, a Osasco Vôlei TV, também fará a cobertura, mas sem imagens (os direitos são reservados aos canais de TV por assinatura).

Segundo colocado na competição que reúne a elite do vôlei nacional, Osasco soma 27 pontos, acumulados em nove vitórias em 12 rodadas. O adversário ocupa a oitava posição, com 18 pontos (seis resultados positivos e seis derrotas). Os dois times se enfrentaram na segunda rodada do primeiro turno, dia 15 de novembro de 2023, no ginásio José Liberatti, quando as paranaenses saíram de quadra com o placar de 3 sets a 1.

"Posso dizer que, de certa forma, fomos surpreendidas no primeiro turno, dentro de casa. Elas mostraram ter um bom time e aprendemos com aquela experiência. De lá para cá, seguimos trabalhando e evoluindo. Agora vemos em busca de mais três pontos para segurar a vice-liderança. Nada de clima de revanche, mas muita seriedade para jogar o nosso melhor, minimizar ao máximo os erros e voltar para Osasco com a décima vitória na bagagem", comenta a líbero e capitã Camila Brait.

Camila Brait segue como a melhor passadora da temporada 2023/24 da Superliga, com 65% de aproveitamento na recepção. A líbero também tem demonstrado, cada vez mais, sua liderança. Além de constantemente orientar as atletas entre os pontos, também demonstra atitudes agregadoras para valorizar as companheiras. Prova é o fato de ter entregado o troféu VivaVôlei para Giovana e Tifanny nas duas últimas rodadas do primeiro turno, reconhecendo o desempenho das colegas.

Temporada do kartismo carioca começa com a Copa Sérgio Maurício neste sábado

O Kartódromo Internacional de Guapimirim abrirá a temporada do automobilismo carioca neste sábado (27), com a realização da II Copa Sérgio Maurício de Kart. Com a previsão de participação de pelo menos 80 pilotos, o destaque fica para uma menina de apenas 13 anos, que estreará no certame que homenageia o jornalista, kartista e narrador da Band TV, e que ainda dá nome a uma curva do circuito da região serrana do Rio de Janeiro. "Minha expectativa para esse ano é que seja uma temporada de vitórias", afirma a carioca Letícia Pagy (Cantor Chininha/Lety Service/Divy Chic).

Tanto otimismo da garota que iniciará apenas a sua segunda temporada no kartismo é bem fundamentado. Afinal, em 2024 ela passa a integrar a equipe Nikima Racing/Dai Motorsport, atual campeã carioca na categoria F-4 Júnior com Gabriel Fernandes, e logo em sua primeira corrida do ano, em São Paulo (SP), Letícia venceu a abertura do campeonato Mulheres em Ação, no Kartódromo de Interlagos.

"Estou muito confiante em ter um excelente desempenho na Copa Sérgio Maurício, que pretendo conhecer pessoalmente. Gostei bastante da minha nova equipe, pois todos me receberam muito bem e já me senti em casa. Sem contar que treinei por três semanas e evolui muito tecnicamente", confia a garota, atual vice-campeã do Campeonato Carioca Light de Kart e quinta colocada no Estadual e no Carioca de Kart de 2023.

A Copa Sérgio Maurício será disputada em etapa única, com todas as atividades (treinos, tomada de tempos e duas baterias, exceto Rental)) realizadas no sábado (27/1).

A programação no sábado de Letícia Pagy na F-4 Júnior aponta tomada de tempos de cinco minutos, às 8h25, seguido da primeira corrida às 9h10 e a segunda bateria às 10h10. O pódio e premiação está previsto para as 18 horas.

São Paulo completa 470 anos com extensa programação cultural

A cidade de São Paulo completará 470 anos na quinta-feira (25). E para celebrar a data, haverá uma extensa programação cultural, que inclui shows, filmes, exposições e até o tradicional bolo de aniversário. Para aproveitar todos esses eventos, os ônibus da cidade serão gratuitos neste dia.

No Bixiga, no centro da capital paulista, não vai faltar o bolo gigante, tradição que é mantida pela comunidade desde os anos 80. Para este ano, a ideia é que cada pessoa leve um bolo simples e sem recheio, com a cobertura que preferir. Ao meio-dia, será cantado um parabéns para a cidade de São Paulo e então se inicia a distribuição desses bolos.

O Mercado Municipal também vai oferecer um bolo para a população. O evento, que ocorre desde 2004, vai celebrar não somente o aniversário da cidade como também do próprio Mercadão, que completa 91 anos. A estrutura do bolo é feita com base de pão de ló e recheio de creme de confeiteiro. Como de costume, o bolo terá o formato do mapa da capital. A distribuição terá início ao público em geral a partir das 12h.

Já o Museu do Ipiranga vai promover uma programação especial nesta quinta-feira. A partir das 10h, na escadaria da esplanada, haverá uma apresentação do Coral Heliópolis do Instituto Baccarelli, que vai interpretar composições populares e clássicos da música brasileira. O museu terá entrada gratuita para todos os públicos, com direito a visitar as exposições Uma História do Brasil e Para Entender o Museu e Passados Imaginados.

No Vale do Anhangabaú, próximo ao Viaduto do Chá, a partir das 19h, a cidade será palco de um evento cinematográfico. O Cineclube Spcine vai apresentar a pré-estreia do curta-metragem *Fluxo, o Filme*, dirigido por Filipe Barbosa. Após esse curta, será exibido um clássico do cinema nacional, O *Bandido da Luz Vermelha*, de Rogério Sganzerla. A entrada é gratuita e o público presente ainda ganhará pipoca.

O Museu da Língua Portuguesa também terá entrada gratuita neste dia. Os visitantes poderão conhecer a exposição principal e a mostra temporária Essa Nossa Canção, que aborda a relação da língua portuguesa com a canção popular brasileira. Neste dia, o Núcleo Educativo do museu também vai promover visitas mediadas especiais. Em uma delas, às 11h e às 15h, chamada de Presenças Negras na Construção da Cidade de São Paulo, os educadores vão realizar um passeio pelo histórico prédio da Estação da Luz, sede do museu, passando por lugares não abertos ao público e jogando luz no trabalho de engenheiros e arquitetos negros.

O museu também realiza mais uma edição do Festival de Calçada, na Calçada do Saguão B, às 11h, quando a Trupe da Lona Preta apresentará o Circo do Fubanguinho. Também no Saguão B, experiências lúdicas, como o Labirinto da Composição, estarão à disposição de crianças de todas as idades e seus familiares. Informações pelo site do museu.

O Museu das Culturas Indígenas vai aproveitar o aniversário de São Paulo para contar histórias e significados das nomenclaturas indígenas de bairros e ruas da cidade. O evento acontece às 10h, e será comandado pelos mestres dos saberes e indígenas Guarani Mbya, Natalício Karaí de Souza e Cláudio Verá. O evento pretende relembrar à população de que a fundação da capital foi um processo de ocupação e exploração de terras já habitadas por povos indígenas. Outras informações no site do museu.

O Jardim Botânico, na zona sul paulistana, vai promover a edição de verão do Salão de Botânica, uma oportunidade para o público conhecer coleções históricas de plantas e também curiosidades sobre espécies nativas, exóticas e ameaçadas de extinção. A visita guiada acontece às 11h e às 14h30. Mais informações no site do Jardim Botânico.

A fachada do Conjunto Nacional, na Avenida Paulista, também vai celebrar a data se transformando em uma tela ao ar livre. Sob a curadoria de Vera Simões, 16 artistas visuais prestam homenagem a bairros emblemáticos da cidade, cada um trazendo uma visão única que reflete a rica tapeçaria cultural de São Paulo. Os trabalhos foram impressos em banners gigantes de 7 metros de altura por 4 metros de largura e ficarão em exposição no local até o dia 22 de fevereiro.

O Museu do Futebol também preparou uma programação especial para este dia com uma apresentação de futebol *freestyle* com a campeã brasileira Letícia Silva. O evento ocorre a partir das 11h. Além disso haverá pula-pula inflável, jogos de tabuleiro, espaço kids na área externa e os visitantes poderão visitar a exposição Futebol de Brinquedo. Mais informações no site do museu.

A Prefeitura de São Paulo ainda vai promover o evento Elas Cantam São Paulo, uma reverência a grandes mulheres que ajudam a construir a identidade cultural da cidade. Entre as artistas que vão se apresentar nesta quinta-feira estão Baby do Brasil, Lexa, Nayara Azevedo, Tati Quebra Barraco e Mart'nália.

A programação terá início às 12h e acontece em seis palcos montados em diferentes pontos da capital: Avenida São João, Teatro Flávio Império, Centro Cultural da Juventude, Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, Casa de Cultura Butantã e Casa de Cultura Campo Limpo.

A lista de shows, com seus horários e locais pode ser conferida no site da prefeitura.

A programação de eventos em São Paulo é extensa e inclui também teatro, caminhadas, batalhas de rap e circo. Toda essa agenda pode ser conferida no site que a prefeitura criou especialmente para celebrar o aniversário da cidade. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

470

A cidade de São Paulo completa 470 anos de fundação. Religiosos cristãos puseram o nome de quem ensinou a imitar as Éticas do Cristo Jesus, ter Gratidão com Nosso Único e Verdadeiro DEUS e a combater o bom combate ...

.

ANOS

... Neste seu feriado (embora mundano), aproveite pra reler e repensar - com nossa Inteligência Espiritual - sobre a sequência de textos da Literatura Bíblica que ofereço nesta coluna [diária] de política deste dia 25 janeiro 2014 ...

.

DA

... Falou-lhes, Jesus [O Cristo] ... Eu Sou a Luz do Mundo; Encha-se a minha boca do teu louvor"; O Amor é sofredor, é benigno; Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores; Esta Palavra é Fiel e digna de toda a Aceitação ...

.

NOSSA

... Como Determinei, assim se efetuará; O vosso coração viverá, pois que buscais a DEUS; O homem fiel será coberto de Bênçãos; Bendito seja o Senhor, que de dia em dia nos carrega de benefícios; Quem faz isto nunca será abalado ...

.

CIDADE

... Bem-aventurado o homem que dá ouvidos [a DEUS]; o Seu DEUS o Ensina ... acerca do que há de fazer; E põe as tuas palavras no Seu coração; Eis que Este é o Nosso DEUS, a quem aguardávamos; Santificarão o Meu Nome ...

.

SÃO PAULO

... Eu os Remirei das mãos do inferno; A Benignidade de DEUS te leva ao arrependimento; E limitaram o Santo de Israel; E virá um Redentor; Quem é Este, que até Perdoa Pecados ? ; O Senhor se Alegrará nas suas obras ...

.

ANO 32

Jornalista Cesar Neto publica coluna de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar Honra ao Mérito (Assembleia SP), por virar referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Governo paulista vai instalar 649 novos radares nas rodovias em 2024

As rodovias do estado de São Paulo ganharão 649 novos radares de controle de velocidade em 2024. Desse total, 536 são equipamentos inteligentes, capazes de fazer a leitura automática das placas dos automóveis e transmitir informações em tempo real para o Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

O edital para a contratação dos novos radares e de serviços de fiscalização e controle de velocidade será aberto em 26 de fevereiro e já pode ser consultado no site do DER-SP (número 145/2023). O investimento do governo estadual será de R$ 202 milhões. Serão escolhidas as propostas de menor valor.

As rodovias que cortam o município de Mogi das Cruzes serão contempladas com a maior quantidade de novos radares: receberão 18 novos equipamentos; seguidas de Bertioga (12 novos equipamentos); Cotia (11); Franco da Rocha (10); Pindamonhangaba (10); Suzano (10); Ubatuba (9); Santa Bárbara d'Oeste (9) e São Paulo (8).

A previsão é que os novos equipamentos sejam instalados ainda no primeiro semestre de 2024.

A lista completa com os locais de instalação dos novos radares pode ser consultada no site do DER-SP. (Agência Brasil)

Prefeitura oferece descontos de até 95% em juros e multa do Simples Nacional

Para facilitar ainda mais a vida do empresário e da empresária paulistanos, a Procuradoria Geral do Município publicou o Edital de Transação PGM n° 6/2023, que oferece descontos de até 95% em multa e juros de acordos do Simples Nacional inscritos em dívida ativa. Para pagamento à vista, o desconto é de 95%. No caso de pagamento parcelado, é possível dividir em até 120 vezes, desde que o valor mínimo da parcela seja de R$150,00. Nesse caso, o desconto é de 65%. O edital segue aberto até o dia 30 de abril de 2024.

Para realizar o acordo basta acessar o Portal Fique em Dia, selecionar a condição de pagamento e gerar o boleto. O acordo de transação permite a regularização dos débitos inscritos em dívida ativa, mesmo que já estejam em cobrança judicial (processo de execução fiscal) ou protestados.

A proposta do Simples Nacional é simplificar a vida dos empresários, consolidando vários tributos em um único pagamento, o que reduz a burocracia e facilita o cumprimento das obrigações fiscais.

Por meio de uma única guia, é possível realizar o pagamento de diversos tributos, como Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS/Pasep, COFINS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Contribuição Patronal Previdenciária (CPP).

Este regime tributário foi criado em 2006 com o objetivo de incentivar o empreendedorismo no país, reduzindo a carga de impostos e contribuições para micro e pequenas empresas, além de simplificar a entrega de declarações ao governo.

A iniciativa foi uma resposta às dificuldades enfrentadas por empreendedores de menor porte diante das complexidades tributárias vigentes, visando promover o desenvolvimento econômico e a formalização desses negócios.

É possível optar por este regime tributário em dois momentos: na abertura do CNPJ e no último dia útil do primeiro mês de cada ano. Deste modo, o prazo para opção pelo Simples Nacional em 2024 segue aberto até o dia 31 de janeiro.

Simples Nacional é destinado às Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), que não possuam nenhum impedimento previsto nos artigos 3º, inciso II, § 4,º e 17 da Lei Complementar 123/2006, como:

possuir uma empresa como sócia no CNPJ;

possuir faturamento superior a R$ 4,8 milhões ao ano;

ser constituída como sociedade por ações (S/A);

possuir débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

Para empresas já em atividade, o prazo para opção pelo Simples Nacional é até 31 de janeiro do ano corrente. Para as empresas aceitas, o Simples Nacional passará a valer de modo retroativo, começando em 1° de janeiro de 2024.

Já para as empresas que estão começando agora, o prazo para solicitação de opção é de 30 dias contados do último deferimento de inscrição (municipal ou estadual, caso exigíveis), desde que não tenham decorridos 60 dias da inscrição do CNPJ. Quando deferida, a opção tem efeito a partir da data da abertura do CNPJ.

Se a empresa já estava incluída do Simples Nacional, não é necessário renovar este pedido e ela continua com os mesmos benefícios para 2024.

No caso de empresas excluídas do regime de arrecadação por débitos em 2023, é possível optar novamente pelo Simples Nacional até o final de janeiro. No entanto, será necessário regularizar todas as pendências no momento da nova solicitação.

Mercadão celebra 91 anos com bolo especial no formato da cidade de São Paulo

O Mercado Municipal Paulistano será palco de mais uma edição do projeto Espetáculo do Bolo nesta quinta-feira (25), aniversário de 470 da cidade de São Paulo. A iniciativa, que é realizada desde 2004, conta com o apoio do Observatório da Gastronomia, colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, que celebra mais um ciclo do município com a confecção e distribuição de um mega bolo construído no formato do território da capital.

A iniciativa é liderada pelo chef Ricardo Magalhães. O objetivo é celebrar o aniversário da cidade, promovendo a participação e fortalecendo o espírito de confraternização e união dos paulistanos. A escolha do local não poderia ser melhor, afinal, o Mercado Municipal Paulistano também é aniversariante na data, completando 91 anos em 2024.

"A construção do mega bolo de aniversário de São Paulo já é um rito tradicional na cidade. Muitas pessoas deixam para visitar o Mercadão nessa data justamente para aproveitar e comer um pedaço do bolo, que é feito sempre com muito carinho e amor pelas mãos de todos os voluntários e do chef Ricardo Magalhães. "Já participei das edições anteriores e é sempre um prazer celebrar mais um ciclo da Capital próximo de pessoas tão queridas", comentou a secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso.

A estrutura do bolo é feita com base de pão de ló e recheio de creme de confeiteiro, elaborados com produtos de alta qualidade. Na edição de 2024, o bolo terá 6m de comprimento, por 4m de largura máxima, pesando aproximadamente 500 kg. As frutas em destaque usadas no bolo são: manga, morango e frutas vermelhas. O bolo, como de costume, terá o formato do mapa da Capital com dizeres em celebração aos 91 anos do Mercado Municipal e dos 470 anos de São Paulo.

O Observatório da Gastronomia conectou o chef Ricardo Magalhães à Universidade Anhembi Morumbi, que se voluntariou à ação, concedendo a cozinha do curso de gastronomia para montagem de parte do bolo, além de fornecer professores e alunos para ajudar na montagem e distribuição. Também participarão representantes do programa Cozinha Escola, realizado em parceria com a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, com o apoio de um aluno já formado pela iniciativa para também auxiliar no processo e a presença do presidente do Instituto Capim Santo, Luccio Oliveira, que ministra os cursos do programa.

A montagem do bolo será realizada a partir das 14h30 no espaço de eventos do Mercadão. A distribuição de pedaços será gratuita, disponível para o público em geral, a partir das 12h.

Idealizado pelo chef Ricardo Magalhães no aniversário de 450 anos de São Paulo, em 2004, a iniciativa colaborativa é realizada por voluntários no Mercado Municipal. Ao todo, cerca de 40 pessoas participam da ação. "Não são bolos que comemos, sentimos o gosto e lavamos a louça depois. São bolos monumentais que se eternizam em nossa memória. A construção do bolo é uma verdadeira obra de arte feita com a mão de cada um dos colaboradores", destaca o chef Ricardo Magalhães.

Inaugurado em 1933, o prédio de 22 mil m² do Mercadão é tombado pelo Patrimônio Histórico desde 2004, quando passou por uma reforma, na qual teve sua fachada recuperada e os vitrais restaurados. Ao todo, são 249 boxes de comércio no lugar, que emprega mais de 1,5 mil pessoas e atrai cerca de 50 mil pessoas semanalmente.

Espaço de articulação direcionado ao fortalecimento da cadeia da alimentação e da gastronomia. Trabalhando em conjunto com todos aqueles que atuam nesse setor, o Observatório visa potencializar os aspectos ligados à economia, cultura, segurança alimentar e sustentabilidade.

A iniciativa atua por meio de comitês temáticos, que têm o objetivo de unir a expertise dos diversos atores de forma a potencializar a busca por soluções no setor da alimentação. O colegiado conta com a participação de órgãos e instituições municipais, associações, cooperativas, ONGs, instituições de ensino, sindicatos, chefs de cozinha, bares, restaurantes, empresas do setor de alimentação e de distribuição, comida de rua e produtores agrícolas.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Número de usuários de planos de saúde passa de 51 milhões em 2023

Levantamento divulgado na quarta-feira (24) pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) revela que o setor totalizou, em dezembro do ano passado, 51.081.018 usuários de planos de assistência médica, superando, pela primeira vez, a marca de 51 milhões. Os planos exclusivamente odontológicos registraram, por sua vez, 32.668.175 beneficiários. O setor engloba 680 operadoras ativas médico-hospitalares com beneficiários e 238 operadoras ativas exclusivamente odontológicas com beneficiários.

Em um ano, os planos médico-hospitalares tiveram crescimento de 957.197 beneficiários em relação a dezembro de 2022. Já em relação a novembro de 2023, o crescimento foi de 150.118 usuários. No caso dos planos exclusivamente odontológicos, ocorreu aumento de 2.469.502 beneficiários em 12 meses; e de 287.751, na comparação de dezembro de 2023 com o mês anterior.

Os dados por estado mostram que, no comparativo com dezembro de 2022, o setor registrou aumento de beneficiários em planos de assistência médica em 26 unidades federativas, com maior ganho de beneficiários, em números absolutos, observado em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entre os planos odontológicos, 26 unidades federativas registraram aumento no comparativo anual, com maior crescimento, em números absolutos, em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A faixa etária de 45 a 49 anos foi a que apresentou o crescimento mais expressivo na assistência médica, com 240.716 novos beneficiários nos últimos 12 meses, seguida pela faixa de 40 a 44 anos (183.201 novos beneficiários). No caso dos planos odontológicos, essas faixas também foram as que registraram as maiores expansões: de 281.144 beneficiários, para a de 45 a 49 anos, e de 253.934 usuários, para a de 40 a 44 anos.

"Esse crescimento no número de beneficiários de planos de saúde acompanha um movimento de aquecimento da economia do país, já que dados preliminares apontam para um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto, soma de todos os bens e serviços produzidos) do Brasil na casa dos 3%, em 2023", ressaltou o diretor de Desenvolvimento Setorial da ANS, Maurício Nunes.

Ele destacou também que 1,9 milhão de empregos formais foram gerados entre janeiro e novembro do ano passado no país, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). "Isso reflete diretamente no aumento do número de beneficiários nos planos coletivos empresariais, que passou de 34,8 milhões, em janeiro de 2023, para 36 milhões, em dezembro".

A ANS ressaltou, por meio de sua assessoria de imprensa, que os números podem sofrer modificações em função das revisões feitas mensalmente pelas operadoras. (Agencia Brasil)

Vendas de supermercados têm alta de 3% em 2023

As vendas dos supermercados registraram crescimento de 3,09% em 2023 na comparação com o ano anterior, segundo levantamento Associação Brasileira de Supermercados (Abras) divulgado na quarta-feira (24). Em dezembro do ano passado, o setor teve alta de 10,73% em comparação com o mesmo mês de 2022.

O vice-presidente da Abras, Marcio Milan, avalia que o cenário econômico ao longo do ano foi favorável à expansão do consumo. "A menor inflação dos preços dos alimentos para consumo no domicílio na comparação com o consumo fora do lar foi um fator essencial para o crescimento do consumo das famílias ao longo do ano", enfatizou. Entre outros fatores positivos, o executivo destacou a queda no desemprego e os programas sociais.

Para o ano de 2024, a projeção da Abras é de crescimento de 2,5%. Segundo Milan, o controle da inflação está permitindo a recomposição do poder de compra dos consumidores, enquanto o reajuste do salário mínimo acima da inflação oficial também deve ajudar a impulsionar as compras nos próximos meses.

"O cenário macroeconômico sinaliza para um crescimento gradual do consumo ao longo do ano acompanhando as sazonalidades, o comportamento das principais safras, os fatores climáticos como excesso de chuva, secas e ondas de calor e a demanda internacional de alimentos", afirma o vice-presidente da associação.

Há ainda o efeito do pagamento do abono salarial do PIS/Pasep, que deve, segundo a Abras, destinar R$ 28 bilhões a 25 milhões de trabalhadores. (Agencia Brasil)

Chuvas intensas ameaçam 12 estados e o Distrito Federal

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alerta laranja para partes de 12 estados e o Distrito Federal, por causa da previsão de chuvas intensas, levando perigo a essas localidades para a próxima sexta-feira (26), pela manhã.

Há expectativa de chuva entre 50 e 100 mm/dia e de ventos intensos (60-100 km/h). Com isso, há riscos de corte de energia elétrica, queda de galhos de árvores, alagamentos e de descargas elétricas.

As áreas afetadas serão: Leste Goiano, Centro Sul Baiano, Vale São-Franciscano da Bahia, Ocidental do Tocantins, Sudeste Piauiense, Vale do Rio Doce, São Francisco Pernambucano, Sudeste Paraense, Nordeste Mato-grossense, Noroeste Espírito-santense, Centro Norte Baiano, Vale do Mucuri, Norte de Minas, Nordeste Baiano, Sul Baiano, Oriental do Tocantins, Jequitinhonha, Norte Mato-grossense, Leste Rondoniense, Sudoeste Paraense, Norte Goiano, Metropolitana de Belo Horizonte, Sudoeste Piauiense, Centro-Norte Piauiense, Metropolitana de Salvador, Extremo Oeste Baiano, Noroeste Goiano, Sertão Pernambucano, Noroeste de Minas, Central Mineira, Leste Maranhense, Centro Goiano, Baixo Amazonas, Distrito Federal, Madeira-Guaporé, Sul Maranhense, Litoral Norte Espírito-santense, Centro-Sul Mato-grossense, Sul Cearense, Oeste Maranhense.

O Inmet orienta que, em caso de rajadas de vento, o cidadão não se abrigue debaixo de árvores, pois há risco de queda e descargas elétricas e não estacione veículos próximos a torres de transmissão e placas de propaganda.

Se possível, o Inmet sugere o desligamento de aparelhos elétricos e quadro geral de energia.

Outras informações podem ser obtidas na Defesa Civil do seu estado, no telefone 199, ou no Corpo de Bombeiros, 193. (Agencia Brasil)

Ministério do Planejamento publica edital de concurso com 100 vagas

O Ministério do Planejamento e Orçamento publicou na quarta-feira (24), no Diário Oficial da União (DOU), o edital do concurso para o preenchimento de 100 vagas imediatas de nível superior.

Todas as vagas são para a carreira de analista de planejamento e orçamento, em oito especialidades, toda abertas para qualquer área de formação. O salário inicial é de R$ 20.924,80, para carga de 40 horas de trabalho semanais, mais R$ 658 de auxílio-alimentação.

Além das vagas imediatas, o concurso deve aprovar mais 271 candidatos para formação de cadastro de reserva. A lotação de todas as vagas é Brasília. Do total, 20% das vagas serão reservadas a candidatos negros e 5% a deficientes.

As inscrições ficarão abertas de 31 de janeiro a 21 de fevereiro, no valor de R$ 100. Há isenção de taxa para inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e doadores de medula óssea.

Todos os procedimentos de inscrição, incluindo pedidos de isenção de taxa, devem ser realizados no site da banca responsável, é a Cebraspe.

A prova objetiva está marcada para 28 de abril e deve ser realizada em Brasília e nas 26 capitais. Serão 200 questões no modelo certo e errado – 100 de conhecimentos gerais e 100 de conhecimentos específicos.

A aplicação da prova discursiva está prevista para 9 de junho e deverá exigir a redação de um parecer a respeito de planejamento e orçamento público, uma questão sobre realidade brasileira e uma dissertação sobre os conhecimentos específicos do cargo escolhido pelo candidato.

O edital prevê ainda a avaliação de títulos, que confere pontos para detentores de diplomas de especialização, mestrado e doutorado. Participam dessa etapa somente os aprovados na prova discursiva. (Agencia Brasil)

BNDES Azul tem o mar como centro de estratégia de desenvolvimento

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou nesta quarta-feira (24) a iniciativa BNDES Azul, que terá quatro frentes de atuação. Uma delas é o Planejamento Espacial Marinho (PEM) da costa brasileira, cujo contrato destinado à Região Sul do Brasil foi assinado na ocasião. Há também incentivos à inovação e descarbonização da frota naval, estímulo à infraestrutura portuária e apoio a projetos de recursos hídricos via Fundo Clima.

Além das novas frentes, o banco dispõe de cerca de R$ 22 bilhões em carteira, relacionados à economia azul. Desse total, R$ 13,6 bilhões destinam-se a projetos de docagem, embarcações de apoio, estaleiros e navios petroleiros e R$ 7,7 bilhões são para iniciativas nas áreas de transporte marítimo, portos, terminais e embarcações. Para o setor de turismo marinho e costeiro, estão disponíveis R$ 296,7 milhões e, para o apoio a projetos de recuperação de manguezais, R$ 47 milhões, destinados à iniciativa Floresta Viva, em parceria com a Petrobras. Oito manguezais estão sendo protegidos para preservar a vida marinha.

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o objetivo é colocar o mar de volta no centro da agenda estratégia nacional para fortalecimento da indústria naval e o aprofundamento de pesquisas marinhas no país. "Os interesses que estão nos oceanos, especialmente para um país com 8,5 milhões de quilômetros de costa, são decisivos para o futuro."

O Planejamento Espacial Marinho da Região Sul terá R$ 7 milhões não reembolsáveis e prazo de conclusão do estudo, de 36 meses. Será feito o mapeamento dos usos atuais e potenciais do ambiente marinho da Região Sul, que concentra instituições de pesquisa com tradição em estudos costeiros e marinhos e cinco dos dez principais portos do Brasil. Para a Região Sudeste, cujo edital foi lançado durante a solenidade, haverá recursos não reembolsáveis de 12 milhões. As inscrições para seleção de propostas para o PEM Sudeste podem ser feitas até 15 de março.

Descarbonização

Aloizio Mercadante chamou a atenção para o fato de 95% das exportações brasileiras serem feitas por navios. No ano passado, o país comercializou mais de R$ 1,5 trilhão. "Nós precisamos fazer navio. Já fizemos. E temos tecnologia e erros cometidos, para aprender com os erros e corrigir". No âmbito da economia azul, projetos de construção de embarcações podem ter redução de até 0,24 pontos percentuais (pp) na taxa de juros.

Para projetos de modernização, conversão ou jumborização de embarcações, essa redução pode ser de até 0,40 pp. Já para projetos de docagem, reparo e manutenção de embarcações, a redução pode ser de até 0,2 pp na taxa de juros, caso a empresa tenha política de responsabilidade socioambiental publicada em sítio de internet e apresente inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs).

A Marinha pode sair na frente na área e disputar com outros países e, com isso, seriam reativados também os estaleiros nacionais, disse Mercadante. No ano passado, o BNDES liberou R$ 1 bilhão para a construção naval, com alta na comparação com os R$ 600 milhões desembolsados em 2022. Mercadante garantiu que, em 2024, o desembolso não ficará abaixo de R$ 2 bilhões. "O que nós precisamos é de bons projetos. O BNDES reage às iniciativas", afirmou.

Até 2025, a Organização Marítima Internacional (IMO, do nome em inglês), da Organização das Nações Unidas (ONU), vai concluir o planejamento de descarbonização das emissões de navios. Segundo Mercadante, até 2030, o Brasil terá que reduzir as emissões, com combustível renovável, nos navios. "A janela que está se abrindo é para produzirmos navios com combustível sustentável e renovável. Substituir petróleo por outras fontes de energia, como amônia verde, hidrogênio verde."

Setor portuário

Para apoiar o novo ciclo de investimentos portuários, que prevê cerca de R$ 45 bilhões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no setor, em arrendamentos e Terminais de Uso Privativo, o BNDES dispõe de linhas específicas com prazos favoráveis de financiamento que podem chegar a até 34 anos. "Nosso objetivo não é o lucro imediato", destacou Mercadante, completando que o compromisso dele "é com o desenvolvimento do Brasil". Além disso, em atuação conjunta com o mercado privado para alavancar o setor portuário, o BNDES pode realizar operações de mercado de capitais, por meio da emissão de debêntures, em condições atrativas.

Também como estímulo à inovação do setor naval, o Programa BNDES Mais Inovação, que oferece crédito em taxa TR (cerca de 2%) para investimentos em inovação e digitalização, está aberto para dar suporte às indústrias relacionadas à economia azul.

Em mais uma frente de apoio estratégico do BNDES, o Fundo Clima entra em 2024 com a possibilidade de incluir projetos relacionados a recursos hídricos em uma de suas seis linhas (Florestas Nativas e Recursos Hídricos). A novidade promete proporcionar mecanismos mais amplos para estruturação de projetos ligados à economia azul, com a menor taxa do Fundo, de 1% ao ano.

"Este é um momento responsável. São obras do Estado brasileiro: precisamos cuidar do que é nosso, do Brasil de amanhã, o que perpassa governos, mandatos", salientou o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, que estava presente à cerimônia.

Ciência e políticas públicas

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, disse que a ciência vai ser a base das políticas públicas daqui para a frente. "Claro que vai existir sempre o espaço para o imponderável e a criatividade, mas, cada vez mais, as políticas públicas terão de ser feitas e pensadas com base em evidências. E nada melhor do que ter o conhecimento do nosso imenso oceano, nada mais do que ter conhecimento das nossas florestas, da nossa biodiversidade, dos nossos recursos terrestres, enfim, de tudo que a natureza dispõe."

Segundo Marina Silva, o objetivo do Planejamento Espacial Marinho que os ministérios de Minas e Energia e da Defesa estão fazendo, juntamente com a Marinha e com apoio do BNDES, é usar, da melhor forma possível, os meios de que o país dispõe não só quanto à biodiversidade marinha e às capacidades oceanográficas, mas também quanto ao grande desafio que a humanidade tem em relação ao problema da mudança do clima.

Marina Silva acentuou que os oceanos são responsáveis pela absorção de cerca de 30% das emissões de CO2 (gás carbônico), mas têm estoque de carbono maior do que o existente na superfície terrestre. "Se essa biota marinha for destruída e tivermos um processo de emissão de CO2 a partir dela, acabaremos com as condições que promovem e sustentam a vida no planeta." A ministra enfatizou que o Brasil é o lugar em que se pode fazer uma inflexão civilizatória.

"Pode-se criar um novo ciclo de prosperidade em que se fortaleça a democracia e se combatam as desigualdades, mas com sustentabilidade econômica, social e cultural. Esta é a diferença de termos tantos recursos, alguns recursos financeiros, alguns deles não retornáveis, para que a gente possa inovar, criar experiências inovadoras que sejam capazes de criar esse ciclo de prosperidade, sem deixar ninguém para trás."

Ciência no Mar

O oceano, por seu papel cada vez mais relevante na agenda climática, é uma pauta prioritária para a pasta da Ciência, Tecnologia e Inovação, afirmou a ministra Luciana Santos.

Entre as atividades desenvolvidas pela pasta, Luciana citou o programa Ciência no Mar, de gestão da ciência brasileira em águas oceânicas.

O programa, que tem duração prevista até 2030 e está relacionado ao Planejamento Espacial Marinho, compromete-se com o avanço da pesquisa oceânica para produzir e aplicar conhecimento tecnológico, buscando atingir benefícios econômicos, sociais e ambientais.

A ministra anunciou ainda que o Instituto Nacional de Pesquisa Oceânica, criado no ano passado e situado no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), já iniciou atividades, tornando-se um catalizador de ações sobre o tema.

O Instituto Nacional de Pesquisa Oceânica é uma organização social vinculada ao ministério que vai atender às demandas de apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento, bem como à otimização do uso dos navios brasileiros de pesquisa. (Agencia Brasil)

Fiocruz lança edital para homenagear vítimas da covid-19

A Fiocruz anuncia, nessa sexta-feira (26), às 18h30, na sede do Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro (IAB-RJ), no Flamengo, zona sul da cidade, um concurso nacional para contratação de projeto arquitetônico e paisagístico do futuro memorial sobre a covid-19. A supervisão do concurso será feita pelo Departamento Rio de Janeiro do IAB-RJ, entidade profissional dos arquitetos mais antiga no país.

O edital estará disponível no *site* do concurso a partir do dia 19 de fevereiro. Nesse mesmo endereço deverão ser feitas as inscrições, possíveis consultas e a submissão das propostas dos interessados.

Serão distribuídos, ao todo, R$ 40 mil em prêmios, que contemplarão os três projetos mais bem classificados. Os autores do trabalho classificado em primeiro lugar serão contratados para desenvolvimento do projeto executivo do memorial. O valor estimado do contrato atinge R$ 1,5 milhão. Poderão participar do concurso arquitetas e urbanistas registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, individualmente ou em equipe, conforme definido no edital.

O chefe do Departamento de Patrimônio Histórico da Fiocruz, Renato da Gama-Rosa, destacou que as vivências da pandemia foram múltiplas e diversas, e o projeto em pauta deve apresentar soluções inovadoras e criativas às demandas formuladas. "Estamos curiosos e ansiosos para conferir as propostas dos arquitetos e urbanistas para esse novo equipamento". Observou, entretanto, que é importante que os trabalhos "não se resumam a um memorial alusivo exclusivamente às ações praticadas pela Fiocruz em resposta à pandemia."

Memorial

O futuro memorial sobre a Covid-19 vai ocupar espaço de 3.380 metros quadrados (m²), próximo à entrada principal da Fiocruz, em Manguinhos, zona norte do Rio de Janeiro. Por se tratar de área preservada de significativo valor histórico e cultural, as propostas deverão seguir as recomendações dos órgãos de preservação. Gama-Rosa disse que o projeto visa homenagear os atingidos pelos efeitos da pandemia. Segundo ele, o memorial objetiva, ainda, promover uma reflexão sobre esse momento histórico por que o mundo passou. (Agencia Brasil)

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Ouvidoria quer que policiais usem câmeras em nova Operação Escudo

A Ouvidoria das Polícias de São Paulo solicitou que os policias militares envolvidos nas novas fases da chamada Operação Escudo usem câmeras corporais. Segundo o ouvidor das polícias, Cláudio Silva, foi enviado um ofício na terça-feira (23) ao governo de São Paulo.

"A intenção é, em um primeiro momento, que o uso das câmaras corporais possa proporcionar mais tranquilidade e segurança para as pessoas que vivem, trabalham nesses territórios, mas também garantir segurança jurídica para a atuação desses policiais", explicou em entrevista à Agência Brasil na quarta-feira (24). "Acima de tudo, garantir publicidade, garantir que essa atuação seja pública e que uma ação legalista não pode ter receio de ter publicidade", acrescentou.

Foi enviado ainda, segundo o ouvidor, um ofício ao Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público Estadual solicitando que as ações sejam acompanhadas presencialmente.

Ataques contra policiais

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo (SSP), a Operação Escudo é lançada "sempre que um agente de segurança do Estado sofre um ataque, para restabelecer a ordem e a sensação de segurança da população". Ainda segundo a pasta, estão em andamento quatro operações: na zona sul paulistana; em Santo André, na região do ABC Paulista; em Guarulhos, norte da região metropolitana e em Piracicaba, no interior do estado.

Um dos crimes que motivou a reação das forças de segurança foi a morte da policial militar Sabrina Romão, em Parelheiros, zona sul da capital paulista, na quinta-feira (18) da semana passada. Na última terça-feira (23), segundo a SSP, foram presos dois homens suspeitos de envolvimento no crime. Foram expedidos mandados de prisão temporária contra eles, sendo que um foi localizado pela Polícia Civil e outro se entregou.

A policial teria sido morta, de acordo com as informações obtidas até o momento, em um roubo seguido de morte, assim como outro caso ocorrido em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. Ocorreram ainda, segundo a SSP, três casos de tentativa de latrocínio contra policiais que teriam motivado o lançamento das operações Escudo.

O ouvidor diz que há preocupação que essas ações repitam o modelo usado em Guarujá, no litoral paulista, no ano passado. Após a morte de um soldado da Polícia Militar foi lançada a Operação Escudo que resultou na morte de 28 pessoas em 40 dias. "O que a gente tem da operação anterior é um saldo muito negativo especialmente no que diz respeito à proteção na vida das pessoas e garantia de segurança para as pessoas. Então isso é muito preocupante", destacou Silva.

Há uma precipitação na forma do anúncio das operações policiais, na avaliação da socióloga Giane Silvestre, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). "Não tem nenhuma conclusão de investigação que aponte que esses atentados estejam relacionados entre si", diz.

A forma de resposta também vai, na avaliação da especialista, na direção errada. "Essa lógica de enfrentamento não é nem um pouco efetiva para a proteção dos policiais. Pelo contrário, ela deixa os policiais mais vulneráveis a esse tipo de ataque", enfatiza Giane. "Se a resposta do Estado também for excessos, também for abusos, isso vai gerar um ciclo de violência", acrescenta a pesquisadora.

A melhor forma de lidar com a violência contra os policiais, na visão da pesquisadora, é atuar com foco na prevenção com investigações qualificadas. "É investir em uma investigação que seja capaz de identificar e prevenir esses ataques. Porque se esses ataques de fato forem orquestrados, forem planejados por grupos de criminosos, a polícia tem condições de investigar e de evitar", ressalta.

Para a pesquisadora, é fundamental que não se repita o que aconteceu na Operação Escudo de 2023, no litoral paulista. "Nenhuma operação policial que resulta nessa quantidade de pessoas mortas pode ser considerada uma operação de sucesso. Operação policial de sucesso é aquela que preserva a vida das pessoas, e não que extermina a vida das pessoas."

A Defensoria Pública de São Paulo apontou diversos indícios de abusos durante a execução da operação no ano passado. "Dos 25 Boletins de Ocorrência analisados, em 15 deles consta a informação sobre o número de disparos realizados. Ao total, 70 disparos atingiram as vítimas fatais, o que totaliza uma média de 4,6 disparos em cada ocorrência", destaca um dos trechos da ação movida pela defensoria pedindo que os policiais militares sejam obrigados a usarem câmeras corporais.

"Também há de se destacar o encontro de mochilas/sacolas que não estavam sendo efetivamente portadas pelos indivíduos (como aquelas que foram encontradas jogadas na mata ou no fundo de uma viela) e que foram, automaticamente, vinculadas a um suspeito envolvido", acrescenta o texto sobre a forma como foram justificadas as mortes.

A SSP afirma que a sobre a Operação Escudo "foi realizada em absoluta observância à legislação vigente". "Todas as mortes registradas no curso da operação são investigadas pela Delegacia de Investigações Criminais (Deic) de Santos, com apoio do DHPP [Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa], e pela Polícia Militar por meio de Inquérito Policial Militar. O conjunto probatório apurado no curso das investigações, incluindo as imagens das câmeras corporais, foi compartilhado com o Ministério Público e o Poder Judiciário", acrescenta nota da pasta. (Agencia Brasil)

Rapaz amarrado com cordas por policiais pede indenização por tortura

A defesa do rapaz amarrado pelos pés e mãos com corda durante uma abordagem policial protocolou pedido de indenização por danos morais de R$ 1 milhão na Justiça paulista, na terça-feira (23). A ação pede a condenação do estado de São Paulo pela prática de tortura cometida por policiais militares no exercício da profissão.

"Como um verdadeiro animal, remetendo às imagens degradantes da época da escravatura, o autor foi mantido com seus pés e suas mãos amarrados por mais de três horas, conforme o depoimento da testemunha", aponta o advogado na ação ajuizada. As agressões contra Robson Rodrigo Francisco começaram após sua recusa em sentar-se, destacou o advogado José Luiz de Oliveira Júnior.

Imagens das câmeras corporais dos policiais militares e do sistema de segurança de um prédio, reunidas e divulgadas pelo G1, revelaram que o então suspeito já estava algemado quando foi amarrado por cordas. Um dos policiais aperta as amarrações, deixando mãos e pés bem juntos, atrás do corpo do rapaz, na altura do quadril.

Com base nas imagens, o advogado reforçou que não houve qualquer agressão por parte de Robson que pudesse desencadear tal conduta dos agentes.

A defesa cita ainda a previsão na legislação sobre o direito de Robson em receber tratamento digno mesmo em situação de privação de sua liberdade e o entendimento pela responsabilização do estado nos casos de abuso de autoridade cometido por policiais militares no exercício da profissão.

Diretora executiva do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Marina Dias avalia que a ação indenizatória em favor de Robson é pertinente. Ela acrescenta que é indiscutível que houve dano moral e abuso do estado. "A gente precisa cada vez mais entrar com ações indenizatórias sempre que existe uma situação de violência do estado praticada, porque é uma forma de começar a estabelecer a responsabilidade do estado com relação a essas violações e a importância de mudar essa realidade", disse.

Ela ressalta que, no Brasil, a política de segurança pública está focada no policiamento ostensivo, o que resulta no uso da abordagem policial como instrumento de controle de determinados territórios e determinados corpos, além de uma presença opressiva do estado. Ela chama atenção para a ocorrência de racismo nas abordagens, revelada na pesquisa "Por que eu?", do IDDD, que mostrou que, a cada dez pessoas abordadas, oito são negras.

Para evitar casos de excesso de uso da força e práticas violentas cometidas por agentes de estado, ela aponta a necessidade de o Ministério Público exercer o seu dever de controle da polícia e o Judiciário fazer o controle constitucional das ações da polícia. Além disso, ela indica uma capacitação da polícia sobre o tema, inclusive com relação a letramento racial.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo informou, em nota, que os policiais envolvidos na ocorrência retornaram às atividades de policiamento ostensivo em agosto de 2023 após período de avaliação psicológica.

Em junho do ano passado, o então suspeito foi amarrado pelos pés e mãos com corda por policiais militares durante uma abordagem que resultou em prisão por furto. Robson foi amarrado de forma que não conseguisse ficar em pé nem sentado, após ser encontrado com duas caixas de chocolate, que seriam fruto do crime.

Em outubro do ano passado, em audiência na Justiça paulista, Robson assumiu o furto das duas caixas de chocolate, mas não foi sentenciado. Ele está atualmente em liberdade provisória. Ainda não há data para a próxima audiência, segundo o advogado de defesa.

Em vídeo feito por testemunha na ocasião da prisão, quando o então suspeito foi levado para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), é possível vê-lo no chão, enquanto os policiais estão em pé. Na sequência, o rapaz é arrastado pelo chão por um dos agentes para dentro de uma sala. Depois, Robson é carregado por dois policiais, que o seguram pela corda e pela camiseta. Ainda amarrado, ele é colocado no porta-malas de uma viatura.

No mesmo mês da prisão, o caso já teve desdobramento na Justiça paulista, que o tornou réu, enquanto seis policiais, que estavam afastados das atividades operacionais, ainda passavam por investigação para apurar "eventuais excessos". Advogados de entidades de direitos humanos ouvidos pela Agência Brasil avaliaram que em nenhum cenário tal conduta dos policiais, durante a prisão de Robson, seria aceitável. As cenas foram comparadas ao período da escravização e barbárie. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 70ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 70ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Gerivatiba, nº 207, cj 162, Butantã, São Paulo, SP - CEP 05501-900 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com filial na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 02 de fevereiro de 2024 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 13.2.3. do Termo de Securitização de Créditos Imobiliário da Emissão celebrado em 25 de novembro de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a inclusão de Créditos Adicionais oriundos de novos contratos firmados pela KWP Energia relacionados à operação da Usina de Geração Fotovoltaica no imóvel descrito e caracterizado na matrícula de nº 67, do livro nº 2 do 2º Ofício de Justiça de Seropédica - Registro de Imóveis ("Usina 09" e "Imóvel SPE KWP 01", respectivamente) no rol de direitos creditórios cedidos fiduciariamente no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária e o consequente aditamento ao referido instrumento, o qual deverá ser formalizado e registrado em até 60 (sessenta) dias contados da data da realização da Assembleia; **b)** Caso aprovado o item (a) acima, autorizar a transferência de titularidade dos Recebíveis detidos pela KWP Energia relacionados à Usina 09, para a titularidade da SPE KWP 01 em até 90 (noventa) dias contados da data de realização da Assembleia; **c)** Caso aprovado o item (a) acima, aprovar a inclusão da Alienação Fiduciária de Direito de Superfície da Usina 09, assim como Alienação Fiduciária de Equipamentos a recair sobre todos os equipamentos, presentes e futuros, titulados ou que venham a ser titulados pela Cedente Fiduciante relacionados à Usina 09 e, por fim, aditamento à Alienação Fiduciária de Quotas sobre as quotas da SPE KWP 01, as quais deverão ser formalizadas e registradas na mesma forma e prazo previstos nos documentos que compõe as garantias da Emissão; **d)** Aprovar a transferência dos recursos disponíveis das Contas Vinculadas, Fundo de Juros e Fundo de Obras para o Fundo de Reservas, recursos esses que serão destinados exclusivamente para o pagamento das parcelas de Remuneração até o Início das Operações das Usinas 06 e 07. Ainda, durante esse período, fica consignado que a Securitizadora não deverá transferir os Recursos dos Créditos dos Contratos Cedidos das Contas Vinculadas para as Contas de Livre Movimentação; **e)** Caso aprovado o item (d) acima, autorizar a Securitizadora a utilizar os recursos no Fundo de Reservas excedentes ao Valor Total do Fundo de Reservas, qual seja, o equivalente as 3 (três) primeiras parcelas de juros e amortização das Notas Comerciais após o período de carência de amortização, para amortização extraordinária dos CRI, a ser realizada no primeiro evento de pagamento após 02 (dois) meses do Início das Operações das Usinas 06 e 07; **f)** Aprovar que, excepcionalmente até o Início das Operações das Usinas 06 e 07, os recursos disponíveis das Contas de Livre Movimentação, sejam destinados exclusivamente para o pagamento pelas SPEs das seguintes despesas relativas às Usinas: demanda contratada perante a distribuidora de energia elétrica, valores relativos ao arrendamento do terreno, prêmios de seguros em geral e remuneração de prestadoras de serviço de segurança da área da Usina. Após o Início das Operações das Usinas 06 e 07, voltará a ser aplicado mecanismo estabelecido nos Documentos da Operação, respeitando-se a Ordem de Alocação de Recursos e demais regras nele definidas; **g)** Aprovar concessão de prazo adicional de 180 (cento e oitenta) dias ao prazo original estipulado na cláusula 4.9.6. do Termo de Emissão de Nota Comercial para realização da averbação da construção de cada uma das Usinas de Energia Solar nas respectivas matrículas dos Imóveis Destinação, qual seja, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de início de operação da Usina de Energia Solar, ou seja, da data em que se iniciar a conexão e a consequente injeção de energia da Usina de Energia Solar na rede do sistema de distribuição de energia elétrica, com o completo procedimento de sua regularização perante a concessionária local ou contados de 30 de novembro de 2024, totalizando assim 360 (trezentos e sessenta) dias corridos do Início da Operação ou contados de 30 de novembro de 2024; e **h)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, A Assembleia Geral instalar-se-á, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, nos termos da cláusula 13.4. do Termo de Securitização. As deliberações em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI serão aprovadas pelos votos favoráveis de Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI presentes à assembleia, em primeira ou em segunda convocação, nos termos da cláusula 13.5. do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleia@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 25 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1005490-82.2020.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: José Armindo Pereira e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005490-82.2020.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). CARLOS ALEXANDRE AIBA AGUEMI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSÉ ARMINDO PEREIRA, Angolano, com endereço à Rua Ministro Nelson Hungria, 450, Vila Tramontano, CEP 05690-050, São Paulo - SP e GUILHERMINA ROSSANA GUISE DA PIEDADE (qualificação ignorada), que lhe foram proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, objetivando a quantia de R$ 11.061,93 (fevereiro de 2020), decorrente da Nota Fiscal de Serviço nº 05658866, oriunda da prestação de serviços médicos/hospitalares. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de janeiro de 2024. 25 e 27 / 01 / 2024.

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª E 558ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª E 558ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem da Assembleia Geral ("Assembleia") a ser realizada, em 1ª (primeira) convocação, em **16 de fevereiro de 2024, às 14h00**, **de modo exclusivamente digital**, por meio de videoconferência via plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") e Resolução CVM 194 de 17 de novembro de 2023, cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** a aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 30 de setembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas e apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu Website (www.fortesec.com.br) sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda., na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulatórias aplicáveis. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) e do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Ademais, a Securitizadora se coloca à disposição dos Titulares de CRI para prestar outros esclarecimentos que porventura se façam necessários, os quais poderão ser solicitados por meio de envio de comunicação ao endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br. A Assembleia instalar-se-á, (i) em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Titulares de CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, e (ii) em 2ª (segunda) convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, excluídos os Titulares de CRI que eventualmente não possuírem direito de voto conforme previsto no Termo de Securitização. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br, em 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no *e-mail:* af.assembleias@oliveiratrust.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"), observado que **as credenciais de acesso à Assembleia serão enviadas aos Titulares de CRI Credenciados somente após o recebimento, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, dos respectivos documentos de representação aplicáveis.** Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo *e-mail* af.assembleias@oliveiratrust.com.br ou pelo telefone (21) 3514-0000 com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesec.com.br) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 24 de janeiro de 2024. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

AFN Máquinas e Implementos S.A.

CNPJ/MF nº 49.911.654/0001-66

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Edital de Convocação

Convocamos os Senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 02/02/2024, às 10 horas na sede da Companhia à Rua 15 de Novembro, nº 741/781, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itapira/SP, CEP: 13974-903, para deliberar sobre o seguinte: Ordem do Dia: Em AGO: **(I)** Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2023. **(II)** Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício de 2023; **(III)** Deliberar sobre o funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício de 2024; **(IV)** Deliberar sobre a remuneração da diretoria para o exercício de 2024. Em AGE: **(V)** Deliberar sobre a renúncia do diretor Márcio Fernando Nogueira; **(VI)** Deliberar sobre a eleição da nova diretoria e fixar a remuneração dos diretores para o exercício de 2024. Os documentos a que se refere o artigo nº 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, encontram-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia. (25,27,30)

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 205ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 205ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem da Assembleia Geral ("Assembleia") a ser realizada, em 1ª (primeira) convocação, em **16 de fevereiro de 2024, às 16h00**, **de modo exclusivamente digital**, por meio de videoconferência via plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") e Resolução CVM 194 de 17 de novembro de 2023, cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** a aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 30 de setembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas e apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu Website (www.fortesec.com.br) sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda., na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulatórias aplicáveis. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) e do Agente Fiduciário (https://www.vortx.com.br/) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Ademais, a Securitizadora se coloca à disposição dos Titulares de CRI para prestar outros esclarecimentos que porventura se façam necessários, os quais poderão ser solicitados por meio de envio de comunicação ao endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br. A Assembleia instalar-se-á, (i) em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Titulares de CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, e (ii) em 2ª (segunda) convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, excluídos os Titulares de CRI que eventualmente não possuírem direito de voto conforme previsto no Termo de Securitização. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico agentefiduciario@vortx.com.br , em 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no *e-mail:* agentefiduciario@vortx.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"), observado que **as credenciais de acesso à Assembleia serão enviadas aos Titulares de CRI Credenciados somente após o recebimento, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, dos respectivos documentos de representação aplicáveis.** Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1107795-10.2021.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Carolina de Mattos Bertoldo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA (CPF. 095.197.588-95), que Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo Pompéia lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 12.965,45 (outubro de 2021), decorrente das Notas Fiscais n°s 507796 e 511547. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. S Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 25 e 27/012024

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CANCELAMENTO DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª E 558ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), conforme disposto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª e 558ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **COMUNICAR** aos os titulares dos CRI ("Titulares dos CRI") o **CANCELAMENTO** da Assembleia Geral ("AGT CRI" ou "Assembleia"), cuja realização estava designada para ocorrer, em 1ª convocação, em 29 de janeiro de 2024, às 17h00min e em 2ª convocação em 26 de fevereiro de 2024 às 17h00, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, e foi convocada nos termos Edital de Convocação, publicado conforme disposto na Cláusula XII do Termo de Securitização, nas edições de 09, 10 e 11 de janeiro de 2024 do jornal o "O Dia" ("Edital"), motivado pela necessidade de obtenção de maiores informações a respeito das matérias que serão objeto de deliberação pelos Titulares dos CRI. Uma vez esclarecidos todas as informações necessárias à tomada de decisão pelos Titulares dos CRI, a Emissora voltará a realizar nova convocação. São Paulo, 24 de janeiro de 2024. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **RENATO UBIRAJARA DOS SANTOS BOTAO,** brasileiro, solteiro, maior, servidor público estadual, RG nº 21.533.999-X-SSP/SP, CPF nº 176.351.628-88, domiciliada nesta Capital, residente na Rua Nova Esperança, nº 28, Vila Esperança, fica intimado a purgar a mora referente a 37 (trinta e sete) prestações em atraso, vencidas de 15/12/2020 a 15/12/2023, no valor de R$55.229,30 (cinquenta e cinco mil, duzentos e vinte nove reais e trinta centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$55.479,64 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), que atualizado até 25/02/2024, perfaz o valor de R$72.984,74 (setenta e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Professor Arnaldo João Semeraro, nº 485, apartamento nº 152, localizado no 15º pavimento da Torre 02 do Condomínio Residencial Dez Sacomã, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 834 na matrícula nº 228.277, transportada pela Av.1 na matrícula nº 234.746. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 29 de dezembro de 2023. O Oficial.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 08.769.451/0001-08 - NIRE 35300340949

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 199ª SÉRIE DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA)

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 199ª Série da 4ª (quarta) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Virgo Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 16.4 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 16 de fevereiro de 2024, às 15h00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: I. Decretar ou não a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, o Vencimento Antecipado dos CRI, nos termos da cláusula 6.1., (i), do Contrato de Cessão, em razão do descumprimento das seguintes obrigações pecuniárias: a. não cumprimento, pelas Cedentes, das obrigações de pagamento assumidas por força do Compromisso de Venda e Compra e do Contrato de Cessão, pelo Preço de Aquisição devido nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024; b. não cumprimento, pelas Cedentes, das obrigações de pagamento assumidas por força do Contrato de Locação e do Contrato de Cessão, pela Locação devida nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024; c. ausência de recomposição do Fundo de Reserva, pela Devedora, no valor de R$ 1.153.909,67 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil, cento e treze reais, e noventa e dois centavos); e d. ausência de recomposição do Fundo de Despesas, pela Devedora, no valor de R$ 43.302,56 (quarenta e três mil, trezentos e dois reais, e cinquenta e seis centavos). II. Decretar ou não a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, o Vencimento Antecipado dos CRI, nos termos da cláusula 6.1., (ii), do Contrato de Cessão, assim como cláusula 16.9.1. do Termo de Securitização, em razão do descumprimento das obrigações não pecuniárias listadas no Anexo A ao material de apoio; III. Caso não decretado a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, o Vencimento Antecipado dos CRI, conceder o prazo de 60 dias, contados da data de realização da presente assembleia, para que a Devedora apresente os documentos listados no Anexo A ao material de apoio; e IV. Autorizar o Agente Fiduciário e a Emissora a praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas e aprovadas na ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), conforme em vigor. A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença dos titulares que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos CRI em circulação, excluídos, para os fins dos quóruns estabelecidos neste item, os CRI que não possuírem o direito de voto, nos termos da cláusula 16.4. do Termo de Securitização. A declaração do vencimento antecipado dos CRI em virtude da ocorrência de Eventos de Recompra Compulsória deverá ser deliberada (i) em primeira convocação, titulares dos CRI representando, no mínimo, 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo por cento) dos titulares dos; ou (ii) em segunda convocação, 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo por cento) dos titulares dos CRI presentes na Assembleia Geral de titulares dos CRI, nos termos da cláusula 16.8.2. do Termo de Securitização; A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pelo **Banco Bradesco S.A.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: • quando pessoa física, documento de identidade; • quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e • quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico da Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário: juridico@virgo.inc; jsc@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 25 de janeiro de 2024. **Atenciosamente, VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

BARI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0001-60 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 75ª (Septuagésima Quinta) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 75ª (Septuagésima Quinta) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 75ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A., celebrado em 16 de dezembro de 2019 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em segunda convocação, a ser realizada no dia 31 de janeiro de 2024, às 16:00 horas** ("Assembleia"), de modo **exclusivamente digital,** por videoconferência *online* na plataforma *"Google Meet"*, administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, sendo possível a manifestação de voto via Instrução de Voto, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não da transação a ser realizada entre o TRX **Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário -** FII ("Cedente Atual") e o Fundo de Investimento Imobiliários HBC Renda Urbana ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 36.501.159/0001-37, administrado pela Genial Investimentos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62, que envolve a venda do direito real de superfície do imóvel localizado na Rodovia Federal BR-222, nº 7100, Tabapuá, na cidade de Caucaia, estado do Ceará ("Imóvel") e da totalidade das cotas da TR1 Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.974.182/0001-20 ("TR1"), na qualidade de detentora da propriedade remanescente do Imóvel, cuja locação é lastro e o Imóvel garantia do CRI ("Transação"), com consequente alteração de controle, bem como do Cedente Atual pelo Fundo na condição de locador do Imóvel, e assunção pelo Fundo de todos os mesmos direitos e obrigações originados nos Documentos da Operação do CRI, inclusive mas não exclusivamente no *"Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças",* firmado em 16 de dezembro de 2019 ("Contrato de Cessão"), permanecendo como garantia do CRI o Fundo de Reserva; o Fundo de Despesas; no âmbito dos Contratos de Locação, a Fiança e a alienação fiduciária da propriedade residual nos termos do *"Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças",* sendo a aprovação dos Titulares do CRI em Assembleia condição necessária para a finalização da Transação, de forma que, se não aprovado, não será concluída a Transação; (ii) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social de setembro de 2023, acompanhada do relatório dos auditores independentes, cujo inteiro teor está disponibilizado no *website* da Emissora, acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"; (iii) autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, com evidência ao Contrato de Cessão de Crédito, conforme previsto no Termo de Securitização, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura da Assembleia. **(A)** Caso seja aprovada o item (i), ou seja, a substituição do Cedente Atual pelo Fundo, o Fundo adquirirá o Imóvel e as cotas da TR1, substituindo o Cedente Atual com detentor da propriedade remanescente, proprietário das cotas da TR1 e locador no contrato de locação, assumindo a posição de cedente no Contrato de Cessão e demais documentos do CRI, sem qualquer alteração, portanto, no lastro, na estrutura, nos prazos e nas garantias do CRI; e **(B)** Caso não seja aprovada a substituição, o CRI permanecerá com a mesma estrutura pois não ocorrerá a venda do Imóvel, e o Cedente Atual permanecerá responsável pela manutenção do CRI. Os titulares do CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo, para o seguinte endereço eletrônico: **pos-emissao@barisecuritizadora.com.br** com cópia para **agentefiduciario@vortx.com.br** e **lcb@vortx.com.br.** A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, assim como possuir a declaração de inexistência de conflito de interesse em relação às matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação, entre as partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto a Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular do CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular do CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. O *link* de acesso à plataforma eletrônica, a apresentação da Transação, o regulamento e relatório gerencial do Fundo será disponibilizado pela Emissora **apenas aos titulares do CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, e se habilitarem através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.**

São Paulo, 23 de janeiro de 2024
BARI SECURITIZADORA S.A.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 24ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 24ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-900 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 15 de fevereiro de 2024 às 11h20, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Recebíveis Imobiliários da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRI em circulação da Emissora, acompanhadas do Parecer de Auditores Independentes, nos termos do artigo 25 "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021; e **b)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o que fora deliberado no item acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 24 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 32ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)*

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 32ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.*),** com sede na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 15 de fevereiro de 2024 às 10h20, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRA em circulação da Emissora, acompanhadas do Parecer de Auditores Independentes, nos termos do artigo 25 "I" da Resolução CVM nº 60; e **b)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o que fora deliberado no item acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 24 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** *(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)*

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 59ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 16 de fevereiro de 2024 às 10h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRA em circulação da Emissora, acompanhadas do Parecer de Auditores Independentes, nos termos do artigo 25 "I" da Resolução CVM nº 60; e **b)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o que fora deliberado no item acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 24 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 60ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 60ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 16 de fevereiro de 2024 às 10h40, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRA em circulação da Emissora, acompanhadas do Parecer de Auditores Independentes, nos termos do artigo 25 "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021; e **b)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o que fora deliberado no item acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 24 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) - CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO SÉRIE ÚNICA, DA 115ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)*

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 115ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.*),** com sede na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 15 de fevereiro de 2024 às 10h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRA em circulação da Emissora, acompanhadas do Parecer de Auditores Independentes, nos termos do artigo 25 "I" da Resolução CVM nº 60; e **b)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o que fora deliberado no item acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br** em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 24 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 125ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 125ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, na c

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EDITAL de Intimação - PROCESSO Nº 1012599-21.2018.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Marina San Juna Melo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a IEDA MONT'ALEGRE COELHO, portadora da cédula de identidade RG n. 3.487.540-1 e inscrita no CPF/MF sob o n. 063.631.288-70, na qualidade de herdeira de DEMERVAL MONT'ALEGRE, bem como a eventuais outros herdeiros a quem possa interessar, que a referida Ação de Rescisão Contratual, proposta por Comunidade Religiosa João XXIII, foi julgada procedente, autorizando-se, por conseguinte, as exumações e remoções dos restos mortais que se encontram sepultados nos jazigos 2.233 e 2.234, Setor 6, Quadra VII, contratos ns. 494 e 495, localizados no Cemitério do Morumby. Encontrando-se a herdeira Ieda em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua intimação por edital, para vir ou dele conhecimento tiver e interessar possa, que referidas exumações e remoções foram agendadas para o dia 04/03/2024, às 10 horas, sendo certo que os restos mortais serão transladados para o Jazigo especialmente destinado a tal fim, também localizado no Cemitério do Morumby. Qualquer informação adicional sobre esse procedimento e/ou eventual translado desses restos mortais para outro Cemitério, poderá ser obtida através do telefone (011) 3759-1000.Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 03 de janeiro de 2024.

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação do executado **REQUEST IT CONSULTORIA EM SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA., CNPJ Nº 53.373.205/0001-89;** da credora hipotecária **BANIF FINANCE (USA) CORP, CNPJ Nº 06.283.647/0001-54,** da assuntora **RODIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇOES LTDA., CNPJ Nº 05.052.419/0001-00**, dos credores **IELTON DE MELO GONÇALVES, CPF Nº 510.641.893-34**; **UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL, MICHAEL DOUGLAS NEVES DA CONCEIÇÃO, CPF Nº 013.702.721-46**; **FERNANDO FRANCO BUCCI MARTINI, CPF Nº 112.141.018-95; SILVANE FALCÃO DA ROCHA LIMA, CPF Nº 371.642.873-68; GERALDO TARCISIO DA SILVA GONÇALVES, CPF Nº 253.729.988-49; JOSÉ ROBERTO LOPES, CPF Nº 056.903.158-34**; **CARLOS ROBERTO DE JESUS, CPF Nº 055.525.298-12; MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, CNPJ Nº 26.989.715/0001-02;** dos demais interessados, expedido nos autos da Ação de Execução por Título Extrajudicial, requerida por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ATRIUM, CNPJº 58.108.960/0001-50**. **Processo nº 1036128-90.2023.8.26.0100.** O Dr. Daniel Lúcio da Silva Porto, Juiz de Direito da 26ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, na forma da Lei, etc...**FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, sob o comando do Leiloeiro Oficial Sr. Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 02/02/2024, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 05/02/2024, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 27/02/2024, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 60% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados os executados, e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **LOTE ÚNICO:** Conjunto nº 71, no 7º andar ou 10º pavimento do Edifício Atrium, sito à Rua do Rócio, nº 220, no 28º subdistrito – Jardim Paulista, com a área privativa real útil de 260,20 m², área comum de 125,91m², área de garagem de 137,88m², correspondente a 06 vagas, totalizando a área construída de 523,99m², e a fração ideal de 3,7162% no terreno do condomínio. Imóvel pertencente à matrícula nº 104.248, do 4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, contribuinte nº 299.039.0828-6. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$2.980.103,36 (dois milhões, novecentos e oitenta mil, cento e três reais e trinta e seis centavos), conforme estimativa de valores de fls., constante dos autos, datada de outubro/2023. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELO SITE DO TJ/SP PARA NOVEMBRO/23: R$2.983.680,00 (dois milhões, novecentos e oitenta e três mil, seiscentos e oitenta reais). Obs. 01:** Consta do R. 06 da referida matrícula, hipoteca do imóvel a favor de BANIF MORTGAGE COMPANY, CNPJ nº 06.283.647/0001-54; **Obs. 02:** Consta da Av. 07 da referida matrícula alteração da denominação da credora hipotecária constante do R. 06, que passou a ser BANIF FINANCE (usa) CORP; **Obs. 03:** Consta da Av. 08 da referida matrícula aditamento da escritura que deu origem a hipoteca do imóvel, para constar prorrogação do vencimento do saldo devedor e assunção de dívida por RODIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ Nº 05.052.419/0001-00; **Obs. 04:** Consta da Av. 09, da referida matrícula, a indisponibilidade dos bens e direitos de Request IT Consultoria em Soluções Tecnológicas Ltda., por determinação oriunda do juízo da 1ª Vara do Trabalho de Fortaleza, processo nº 0034100-80.2008.5.07.0001, promovido por IELTON DE MELO GONÇALVES, CPF Nº 510.641.893-34; **Obs. 05:** Consta da Av. 10 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de Request IT Consultoria em Soluções Tecnológicas Ltda., por determinação oriunda dos autos do processo nº 0030241-93.2012.4.03.6182, Execução Fiscal, promovida por UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL, em trâmite perante a 10ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo; **Obs. 06:** Consta da Av. 11 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de Request IT Consultoria em Soluções Tecnológicas Ltda., por determinação oriundá dos autos do processo nº 0092200-57.2007.5.10.0008, promovido por MICHAEL DOUGLAS NEVES DA CONCEIÇÃO, CPF Nº 013.702.721-46, em trâmite perante a 8ª Vara do Trabalho de Brasília; **Obs. 07:** Consta da Av. 12 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de Request IT Consultoria em Soluções Tecnológicas Ltda., por determinação oriunda dos autos do processo nº 0138200-75.2009.5.02.0006, promovido por FERNANDO FRANCO BUCCI MARTINI, CPF Nº 112.141.018-95, em trâmite perante a 6ª Vara do Trabalho de São Paulo; **Obs. 08:** Consta da Av. 13 da referida matrícula, penhora nos autos do processo nº 1000420-39.2020.5.02.0023, promovido por SILVANE FALCÃO DA ROCHA LIMA, CPF Nº 371.642.873-68, em trâmite perante a 23ª Vara do Trabalho de São Paulo; **Obs. 09:** Consta da Av. 14 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de Request IT Consultoria em Soluções Tecnológicas Ltda., por determinação oriunda dos autos do processo nº 0159800-69.2009.5.02.0066, promovido por GERALDO TARCISIO DA SILVA GONÇALVES, CPF Nº 253.729.988-49, em trâmite perante a 66ª Vara do Trabalho de São Paulo; **Obs. 10:** Consta da Av. 15 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de Request IT Consultoria em Soluções Tecnológicas Ltda., por determinação oriunda dos autos do processo nº 0156800-70.2009.5.02.0063, promovido por JOSÉ ROBERTO LOPES, CPF Nº 056.903.158-34, em trâmite perante a 63ª Vara do Trabalho de São Paulo; **Obs. 11:** Consta da Av. 16 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de Request IT Consultoria em Soluções Tecnológicas Ltda., por determinação oriunda dos autos do processo nº 0153300-93.2009.5.02.0063, promovido por CARLOS ROBERTO DE JESUS, CPF Nº 055.525.298-12, em trâmite perante a 63ª Vara do Trabalho de São Paulo; **Obs. 12:** Consta da Av. 17 da referida matrícula, a penhora destes autos; **Obs. 13:** Consta da Av. 18 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens e direitos de Request IT Consultoria em Soluções Tecnológicas Ltda., por determinação oriunda dos autos do processo nº 0158500-96.2009.5.07.0013, promovido por MINISTÉRIO PUBLICO DO TRABALHO, CNPJ Nº 26.989.715/0001-02, em trâmite perante a 13ª Vara do Trabalho de Fortaleza; **Obs. 14:** Em consulta ao site da Prefeitura/SP, datada de 04/12/23, constam débitos para o exercício atual no valor de R$33.478,30, e dívida ativa no valor de R$181.409,62, para o contribuinte; **Obs. 15:** Conforme informações prestadas por e-mail pelos patronos do exequente, o débito exequendo perfazia o montante de R$182.939,27 em 10/11/23. **ÔNUS, TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais ônus, taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

AFN MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A.

CNPJ/MF: 49.911.654/0001-66

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (VALORES EM REAIS)

Balanço patrimonial

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	**156.954**	**157.744**
Caixa	1.501	1.501
Aplicações financeiras	1.191	2.116
Disponibilidades geral	**2.692**	**3.617**
Aluguel a receber	2.636	2.500
Créditos com PJ mútuos	75.430	75.430
Créditos com PF Ligadas	76.197	76.197
Outros créditos	**154.263**	**154.127**
Ativo não circulante	**8.108.112**	**8.109.249**
Terrenos nao operacionais	697.976	697.976
Predios nao operacionais	1.005.318	1.005.318
Invest. Imóveis não operacionais	**1.703.294**	**1.703.294**
Imobilizado	6.771.698	6.771.698
Depreciação acumulada	(366.880)	(365.744)
Imobilizado líquido	**6.404.818**	**6.405.954**
Totaldo ativo	**8.265.066**	**8.266.993**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	**6.415**	**20.982**
Fornecedores	5.161	-
Obrigações tributárias	1.231	2.382
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	6.008
Provisões trabalhistas e previdenciárias	-	12.591
Obrigações circulantes	**6.415**	**20.982**
Passivo não circulante	**7.910.817**	**7.571.451**
Débitos com partes relacionadas - PF	7.910.817	7.571.451
Obrigações não circulantes	**7.910.817**	**7.571.451**
Patrimônio líquido	**347.834**	**674.560**
Capital social	8.588.575	8.588.575
Ajuste de avaliação patrimonial	2.479.314	2.479.314
Prejuízos acumulados	(10.393.328)	(10.051.228)
Prejuízos do exercício	(326.727)	(342.100)
Total do passivo e patrimônio líquido	**8.265.066**	**8.266.993**

Demonstração de Mutação das Contas do Patrimonio Líquido

	Capital	Reservas de Reavaliação	Lucro ou Prejuízo do Exercício	Lucros ou Prejuízos Acumulados
Saldo inicial em 01/01/2022	**8.588.575**	**2.479.314**	**(10.189.908)**	**877.981**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	138.680	138.680
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(342.100)	(342.100)
Saldo final em 31/12/2022	**8.588.575**	**2.479.314**	**(10.393.328)**	**674.561**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(326.726)	(326.726)
Saldo final em 31/12/2023	**8.588.575**	**2.479.314**	**(10.720.054)**	**347.835**

Demonstração de Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas e serviços	**31.513**	**30.000**
Receita de adm, de imóveis próprios	31.513	30.000
(-) Impostos faturados (IPI)	-	-
Receita líquida de vendas e serviços	**31.513**	**30.000**
(-) Deduções de vendas	(1.150)	(1.095)
Receita operacional líquida	**30.363**	**28.905**
(-) Custos de produtos vendidos	-	-
Lucro bruto operacional	**30.363**	**28.905**
Despesas operacionais	**(352.517)**	**(368.655)**
Administrativas	(304.475)	(330.158)
Tributárias	(48.041)	(48.731)
Outros receitas/despesas operacionais	-	10.234
Lucro líq. Antes dos result. Financeiros	**(322.154)**	**(339.750)**
Efeitos financeiros líquidos	**(2.152)**	**(46)**
Despesas financeiras	(2.352)	(2.033)
Receitas financeiras	201	1.987
Resultado líq. Antes da prov. P/ IR e CSLL	**(324.305)**	**(339.796)**
Provisão de IRPJ - lucro presumido	(1.513)	(1.440)
Provisão de CSLL - lucro líquido	(907,58)	(864)
Prejuízo líquido do exercício	**(326.726)**	**(342.100)**
Prejuízo por ação do capital	**(0,0076)**	**(0,0079)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Proveniente das operações	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo liquido do exercício	(326.726)	(342.100)
Ajuste devededores de exercícios anteriores	-	138.680
Depreciações e amortizações	1.137	453
(=) Resultado liquido ajustado	**(325.589)**	**(202.967)**
I- das atividades operacionais		
(acréscimos) ou decrescimos Do ativo circulante + RLP	**(136)**	**(220)**
Outros créditos	(136)	(220)
Acréscimos ou (decréscimos) dos passivos e ELP	**324.799**	**111.594**
Fornecedores nacionais	5.161	(1.000)
Obrigações tributárias	36	(9.623)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(5.986)	2.141
Provisões da folha de pagamento	(12.591)	1.637
Outras obrigações	(1.187)	555
Contas a pagar	339.366	117.885
Caixa aplicado nas operações	**(926)**	**(91.593)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(926)**	**(91.593)**
II - das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(2.922)
Total das atividades de investimentos	**-**	**(2.922)**
(I+II) aumento líquido de caixa e equivalente a caixa	**(926)**	**(94.515)**
Caixa e equivalentes a caixa no ínicio do ano	**3.617**	**98.132**
Variação ocorrida no período	(926)	(94.515)
Caixa e equivalentes a caixa no final do ano	**2.691**	**3.617**

Notas explicativas

1. Contexto Operacional: A AFN Máquinas e Implementos S/A, com sede em Itapira/SP, foi fundada em 1965 e tem como objetivo a Exploração da indústria de máquinas e implementos agrícolas, partes e peças e o comércio de seus produtos e subprodutos, podendo ainda importar e exportar, e praticar outras atividades industriais, comerciais, inclusive na prestação de serviços, correlatas, ou não (CNAE's 2833-0/00, 2832-1/00, 3321-0/00); e, participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, atuando como holding (CNAE's 6462-0/00). **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** As demonstrações contábeis levantadas em 31/12/2023 comparativas com 31/12/2022 estão em conformidade com as práticas contábeis adotados no Brasil, as quais compreendem as incluídas na legislação societária brasileira e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **3. Principais Práticas Contábeis** a) Apuração do resultado Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. b) Caixa e equivalentes de caixa Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa Não há registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa, por critério da própria empresa. d) Demais ativos circulantes e não circulantes São apresentados ao valor líquido de realização. e) Imobilizado Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação/amortização, não representando o seu real valor de mercado, que poderia ser encontrado através de uma reavaliação dos bens. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo a Instrução Normativa SRF nº 162, de 31/12/1998. Por atividade, o imobilizado está constituído da seguinte forma: Imóveis não destinados ao uso – Quadro demonstrativo em 31/12/2023. Item - Custo - Depreciação - Vl. Liquido. Terrenos - 697.976,01 - -0,00 - 697.976,01; Edifícios - 1.005.318,15 - -0,00 - 1.005.318,15; TOTAL - 1.703.294,16 - -0,00 - 1.703.294,16. Bens Próprios em Operação – Quadro demonstrativo em 31/12/2023. Item - Custo - Depreciação - Vl. Liquido; Terrenos - 2.063.594,18 - -0,00 - 2.063.594,18; Edifícios - 4.407.775,13 - -84.752,47 - 4.323.022,66; Computadores - 4.612,37 - -1.936,20 – 2.676,17; Móv. Utensílios - 5.479,00 - -4.522,19- 956,81; Máqs. Equip. - 21.898,27 - -7.330,53 - 14.567,74; Veículos - 268.339,00 - -268.339,00 - -0,00; TOTAL - 6.771.697,95 - -366.880,39 - 6.404.817,53. A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo. Quadro Demonstrativo do Imobilizado em 31/12/2023. Imóveis não destinados ao uso. Rubrica Contábil - Saldo Final - 2022 - Adições - Baixas - Saldo Final - 2023. Terrenos - 697.976,01 - 0,00 - 0,00 - 697.976,01; Edifícios - 1.005.318,15 - 0,00 - 0,00 - 1.005.318,15; TOTAL - 1.703.294,16 - 0,00 - 0,00 - 1.703.294,16. Bens Próprios em Operação. Rubrica Contábil - Saldo Final - 2022 - Adições - Baixas - Saldo Final - 2023. Terrenos - 2.063.594,18 - 0,00 - 0,00 - 2.063.594,18; Edifícios - 4.407.775,13 - 0,00 - 0,00 - 4.407.775,13; Computadores – 4.612,37 – 0,00 - 0,00 - 4.612,37; Móveis e Utensílios - 5.479,00 - 0,00 - 0,00 - 5.479,00; Máqs. Equipamentos - 21.898,27 - 0,00 - 0,00 - 21.898,27; Veículos - 268.339,00 - 0,00 - 0,00 - 268.339,00; TOTAL - 6.771.697,95 - 0,00 - 0,00 - 6.771.697,95. As principais taxas anuais de depreciação por item, de acordo com a Receita Federal são as seguintes: Item - Taxa Anual de Depreciação; Máquinas e Instalações - 10%; Móveis e Utensílios - 10%; Veículos - 20%; Computadores e Periféricos 20%. f) Passivo circulante e não circulante São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços. A empresa tem títulos à pagar ao sócio g) Imposto de Renda e Contribuição Social O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação de regência. **4. Capital Social** O capital autorizado em 31/12/2023 é de R$ 8.588.574,87, representado por 8.588.574,87 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e bens imóveis, distribuídas entre os sócios da seguinte forma: Affonso Nogueira de Freitas detentor do capital social no valor de R$ 8.586.574,87, Afonso Nogueira Filho detentor do capital social no valor de R$ 500,00, Marcio Fernando Nogueira detentor do capital social no valor de R$ 500,00, Gisele Nogueira detentora do capital social no valor de R$ 500,00, Luis Alberto Nogueira detentor do capital social no valor de R$ 500,00.

Itapira/SP., 31 de dezembro de 2023.

Diretoria

Márcio Fernando Nogueira - Diretor Presidente

Contador

Paulo Cesar Adorno - CRC 1SP-171613

CAP TC Torres e Participações S.A.

CNPJ nº 34.878.487/0001-21

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (controladora e consolidado) *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Relatório da administração: Em 2021, mesmo com todas as incertezas nas economias brasileira e mundial ocasionadas pelo coronavírus, a Companhia manteve seu objetivo de ser um provedor neutro de infraestrutura compartilhada para o setor de telecomunicações no Brasil, impulsionando a conectividade para a democratização de serviços digitais no Brasil. Neste ano, a CAP TC, por meio de suas controladas, concluiu a aquisição das UPI Torres da Oi S.A., incorporando ao seu portfólio 852 novos sites em localizações estratégicas do país. Também foram realizadas duas aquisições menores incorporando ao portfólio da companhia 42 novos "sites". Foram construídos 701 novos sites "BTS" e iniciados 765 novos contratos com clientes impulsionando o crescimento orgânico da companhia. Dos novos sites, 503 são parte do projeto Skycoverage que busca levar conectividade em zonas rurais do país. A Companhia manteve-se em adequada situação financeira com baixo índice de inadimplência e sem impactos diretos pela Covid, dada a modalidade de negócio e realizou a primeira emissão de debêntures da Companhia no total de R$ 800 milhões com vencimento em 2023.

Balanços patrimoniais

	Nota	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Ativo/Circulante		–	1	165.502	170.614
Caixa e equivalentes de caixa	3	–	1	81.864	24.620
Aplicações financeiras restritas	4	–	–	–	108.035
Contas a receber	5	–	–	63.237	31.835
Impostos a recuperar		–	–	12.372	2.580
Adiantamento a fornecedores		–	–	6.048	733
Outros ativos		–	–	1.981	2.811
Não Circulante		3.267.609	2.989.821	6.207.698	4.503.853
Contas a receber	5	–	–	35.490	26.297
Depósitos judiciais	12	–	–	661	667
Outros ativos		–	–	2.510	2.185
Investimentos	6	3.267.609	2.989.821	–	–
Direito de uso	13	–	–	1.144.799	550.708
Imobilizado	7	–	–	1.045.783	792.901
Intangível	8	–	–	3.978.455	3.131.095
Total do Ativo		3.267.609	2.989.822	6.373.200	4.674.467

Balanços patrimoniais

	Nota	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		1	–	1.134.812	244.472
Fornecedores	10	–	–	13.411	6.118
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	–	–	808.338	2.046
Contas a pagar - Aquisições	4	–	–	–	107.199
Aluguéis a pagar		–	–	6.048	3.155
Instrumentos financeiros derivativos	22	–	–	19.937	4.830
Obrigações tributárias		–	–	8.797	4.467
Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias	11	–	–	10.915	11.657
Passivos de arrendamento	13	–	–	215.461	100.589
Adiantamento de clientes	15	–	–	48.993	2.094
Outros passivos		1	–	2.912	2.317
Não Circulante		–	–	1.970.780	1.440.173
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	–	–	794.466	881.923
Passivos de arrendamento LP	13	–	–	966.248	451.755
IR e CS diferidos	21	–	–	95.122	19.005
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	12	–	–	1.205	467
Adiantamento de clientes	15	–	–	7.073	10.218
Outros passivos		–	–	2	–
Provisão para desmobilização	14	–	–	106.664	76.805
Patrimônio Líquido	16	3.267.608	2.989.822	3.267.608	2.989.822
Capital social		1.327.899	851.896	1.327.899	851.896
Reserva de capital		2.182.809	2.185.639	2.182.809	2.185.639
Prejuízos acumulados		(243.100)	(47.713)	(243.100)	(47.713)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.267.609	2.989.822	6.373.200	4.674.467

Demonstrações do resultado

	Nota	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Receita Líquida	17	–	–	443.658	46.363
Custos dos Serviços Prestados	18	–	–	(163.518)	(32.965)
Lucro Bruto		–	–	280.140	13.398
Despesas operacionais					
Com pessoal	18	–	–	(28.114)	(18.491)
Gerais e administrativas	18	–	–	(29.147)	(13.961)
Depreciação e amortização	18	(6.672)	–	(138.537)	(8.252)
Outras receitas e despesas, líquidas	18	–	–	60.114	–
Provisão (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	–	–	(2.113)	(2.486)
Resultado com equivalência patrimonial	6	(188.715)	(34.419)	–	–
Total		(195.387)	(34.419)	(137.797)	(43.190)
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro		(195.387)	(34.419)	142.343	(29.792)
Resultado financeiro:					
Despesas financeiras	19	–	–	(420.671)	(18.059)
Receitas financeiras	19	–	–	165.557	6.013
Lucro/Prejuízo Antes do IR e da CS		(195.387)	(34.419)	(112.771)	(41.838)
IR e CS sobre o lucro:					
Corrente	20	–	–	(6.499)	(356)
Diferido	20	–	–	(76.117)	7.775
Prejuízo do Exercício		(195.387)	(34.419)	(195.387)	(34.419)
Lucro/Prejuízo por Ação		(0,06)	(0,08)	(0,06)	(0,08)

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Prejuízo do Exercício	(195.387)	(34.419)	(195.387)	(34.419)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	(195.387)	(34.419)	(195.387)	(34.419)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social: Subscrito	Capital social: Integralizado	Reserva de capital: Programa de remuneração-bônus subscrição	Reserva de capital: Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2020		472.797	472.797	–	–	(13.294)	459.503
Aumento de capital		379.099	379.099	–	2.185.639	–	2.564.738
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(34.419)	(34.419)
Saldos em 31/12/2020		851.896	851.896	–	2.185.639	(47.713)	2.989.822
Aumento de capital	17	476.003	–	–	–	–	476.003
Resgate de ações		–	–	–	(3.000)	–	(3.000)
Programa de remuneração - Bônus subscrição		–	–	170	–	–	170
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(195.387)	(195.387)
Saldos em 31/12/2021		1.327.899	–	170	2.182.639	(243.100)	3.267.608

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Prejuízo do exercício		(195.387)	(34.419)	(195.387)	(34.419)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	7 e 8	6.672	–	195.586	25.448
Amortização IFRS 16/CPC 06	13	–	–	98.407	16.139
Remensuração IFRS 16 empresas incorporadas		–	–	(5.903)	–
Valor presente da provisão para desmobilização	14	–	–	2.534	862
Linearização da receita	17	–	–	(10.259)	(5.014)
Valor presente dos contratos de arrendamento	13	–	–	118.998	5.154
Baixa de bens para o ativo imobilizado		–	–	–	1.106
Provisão de juros sobre empréstimos	9	–	–	78.795	3.650
Provisão (reversão) estimada para créditos de liquidação duvidosa		–	–	2.113	2.486
Variação cambial		–	–	(8.804)	5.533
Variação instrumentos financeiros derivativos		–	–	46.989	(4.830)
Apropriação comissão sobre emissão de debêntures		–	–	12.175	–
Ganho por compra vantajosa		–	–	(54.461)	–
IR e CS diferidos	21	–	–	76.117	(7.775)
Resultado com equivalência patrimonial e amortização do direito de cessão de uso	6	188.716	34.419	–	–
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		–	–	(15.705)	(162)
Impostos a recuperar		–	–	(9.764)	730
IR e CS		–	–	–	–
Contas a receber - partes relacionadas		–	–	–	–
Adiantamentos a Fornecedores		–	–	(5.315)	(733)
Outros ativos		–	–	505	(1.212)
Depósitos judiciais		–	–	6	–
Fornecedores		–	–	(2.661)	9.958
Obrigações tributárias		–	–	14.961	(8.204)
Contas a pagar		–	–	–	(836)
Aluguéis a pagar		–	–	2.893	(1.385)
Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias		–	–	(742)	18.959
Adiantamentos de clientes		–	–	43.754	2.036
Outros passivos		(2)	–	(398)	6.794
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(1)**	**–**	**384.434**	**34.285**
IR e CS pagos		–	–	(14.028)	(356)
Juros pagos sobre os arrendamentos de direito de uso		–	–	(118.998)	(5.154)
Pagamento de juros de empréstimos	9	–	–	(54.476)	(1.626)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(1)**	**–**	**196.932**	**27.149**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aplicações financeiras restritas	4	–	–	108.035	(107.199)
Caixa pago para aquisição de investimento	6	–	–	(1.080.468)	(2.793.812)
Aporte de capital em investidas	6	(476.004)	(2.560.104)	–	–
Resgate de ações de controladas		2.830	–	–	–
Caixa na incorporação de controlada		–	–	–	–
Caixa na aquisição de controlada		–	–	10.642	–
Dividendos a receber		–	–	–	–
Contas a pagar na aquisição de controladas		–	–	(52.738)	–
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	–	–	(187.172)	(52.424)
Aquisição de bens para o ativo intangível	8	–	–	(9.304)	(13.818)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(473.174)**	**(2.560.104)**	**(1.211.005)**	**(2.967.253)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Integralização de capital	17	476.004	374.465	476.003	374.466
AFAC		–	2.185.639	–	2.185.639
Pagamentos de arrendamentos de longo prazo	13	–	–	(61.120)	(16.990)
Captação de empréstimos	9	–	–	800.000	881.899
Pagamento de comissão sobre emissão de debêntures		–	–	(8.854)	(480.562)
Pagamento de principal de empréstimos	9	–	–	(100.000)	–
Reserva de capital		–		–	–
Resgate de reserva de capital		(2.830)	–	(2.830)	–
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	(31.882)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**473.174**	**2.560.104**	**1.071.317**	**2.944.452**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1)**	**–**	**57.244**	**4.348**
Caixa proveniente das aquisições:					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1	24.620	20.272
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		–	1	81.864	24.620
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1)**	**–**	**57.244**	**4.348**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A CAP TC Torres e Participações S.A. ("CAP TC" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 10/09/2019, com a antiga razão social NK 063 Empreendimentos e Participações S.A., tendo por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia

Companhia Brasileira de Alumínio

CNPJ/ME nº 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em 08 de Dezembro de 2023

1. Data, Horário e Local: Dia 08 de dezembro de 2023, às 8h30, na sede da **Companhia Brasileira de Alumínio,** localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, parte, conjunto 141 - Cidade Monções - CEP 04571-900 ("Companhia"). **2. Presença e Convocação:** Conselheiros presentes em sua totalidade. Dispensada a convocação, na forma do disposto no Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa Dirigente:** Luis Ermírio de Moraes, Presidente; Renato Maia Lopes, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Informar sobre: **(i)** Barragens; e deliberar sobre: **(ii)** Orçamento para 2024; **(iii)** Aprovação da matriz de avaliação de riscos relativos ao ano de 2023; **(iv)** Aprovação do Plano Trianual de Auditoria Interna e o Plano de Auditoria Interna para 2024; **(v)** Aprovação de orçamento da Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Interna ("CAE"); **(vi)** Aprovação do Programa de Compliance para 2024; e **(vii)** Aprovação da atualização da Política Anticorrupção e da Política de Conformidade ao Direito Concorrencial. **5. Deliberações:** Colocados em discussão os assuntos constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o seguinte: **(i)** Inicialmente, os membros do Conselho de Administração da Companhia foram informados dos assuntos relativos às barragens de energia, mineração e industriais, confirmando a estabilidade das barragens, conforme material apresentado nesta reunião, que ficará arquivado na sede da Companhia; **(ii)** Em seguida, aprovar o orçamento da Companhia para o ano de 2024, conforme material apresentado e arquivado na sede da Companhia; **(iii)** Aprovar a régua de apetite a riscos e a matriz de avaliação de riscos relativa ao ano de 2023, incluindo riscos de compliance e corrupção, bem como validar os seus resultados, conforme material apresentado e arquivado na sede da Companhia; **(iv)** Aprovar o Plano Trianual de Auditoria Interna e o Plano de Auditoria Interna para 2024, conforme material apresentado e arquivado na sede da Companhia; **(v)** Aprovar a previsão de orçamento próprio do Comitê de Auditoria Estatutário e da Auditoria Interna para 2024, que serão destinados a cobrir suas despesas de funcionamento, conforme material apresentado e arquivado na sede da Companhia. **(vi)** Aprovar o Plano de trabalho do Programa de Compliance para o ano de 2024, conforme material apresentado e arquivado na sede da Companhia. Na oportunidade, o Conselho foi informado da evolução das frentes de trabalho do Programa de Compliance da Companhia do ano corrente, tendo sido cientificado também de que não foram identificados casos de corrupção através do Programa de Compliance; **(vii)** Aprovar a atualização da Política de Anticorrupção e da Política de Conformidade ao Direito Concorrencial, nos termos do material apresentado, cujas respectivas redações constam dos Anexos I e II à presente ata, permanecendo também arquivadas na sede da Companhia. Por fim, ficam autorizados os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para efetivação das deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como outorgar poderes para a realização desses atos, se necessário. **6. Observações Finais:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada. Membros do Conselho de Administração: Luis Ermírio de Moraes, Eduardo Borges de Andrade Filho, Franklin Lee Feder, José Roberto Ermírio de Moraes Filho, Sérgio Ricardo Romani, Glaisy P. Domingues e Ricardo Rodrigues de Carvalho. A presente transcrição é cópia fiel de ata lavrada no próprio livro. São Paulo, 08 de dezembro de 2023. Mesa: **Renato Maia Lopes -** Secretário. **JUCESP** nº 25.245/24-7 em 17/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. *Os anexos mencionados estarão disponíveis para consulta no site institucional da Companhia (https://www.cba.com.br/).*

BP Biocombustiveis S.A.

CNPJ/MF nº 08.204.974/0001-07 – NIRE 35.300.333.225

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Aos 02/10/2023, às 10h, na sede social. **Presença**: 100% do capital social. **Mesa**: **Juliana Vargas Costa Giordano**, Presidente e **Renata de Oliveira Zagatti**, Secretária. **Deliberações aprovadas por unanimidade: (i)** consignação da renúncia do **Mário Lindenhayn**, RG nº 10.420.752-8 SSP/SP e CPF nº 104.390.558-81, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, conforme Carta de Renúncia; **(ii)** eleição do **Nilo Cunha Furtado de Mendonça**, inscrito na OAB/RJ nº 74.864 e no CPF nº 307.840.777-20, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica. O mandato do Diretor ora eleito se encerrará junto com o mandato dos demais Diretores, ou seja, em 2025, sendo renovado automaticamente pelo mesmo período, ou até quando seja substituído; **(iii)** redesignação do cargo da Sra. **Maria Carolina Fratta**, RG nº 25.896.184-3 e CPF nº 268.166.178-19, de Diretora para Diretora Presidente. A Diretoria da Companhia passa a ser composta pelos seguintes membros, todos com mandato de 3 anos, renovado automaticamente: **(a) Maria Carolina Fratta**, como Diretora Presidente; **(ii) Juliana Vargas Costa Giordano**, como Diretora Jurídica; e **(iii) Nilo Cunha Furtado de Mendonça**, como Diretor Sem Designação Específica. **(iv)** alteração do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia. Nada mais. **Acionistas presentes**: BP Biofuels Brazil Investments Limited (p.p. Juliana Vargas Costa Giordano) e BP Alternative Energy Investments Limited (p.p. Juliana Vargas Costa Giordano). São Paulo, 02/10/2023. JUCESP nº 431.705/23-9 em 14/11/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CANCELAMENTO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 205ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), conforme disposto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 205 Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **COMUNICAR** aos os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") o **CANCELAMENTO** da Assembleia Geral ("AGT CRI" ou "Assembleia"), designada para sua 1ª convocação, em **26 de janeiro de 2024, às 14h00** e, em 2ª (segunda) convocação em **23 de fevereiro de 2024, às 14h00**, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, convocada nos termos Edital de Convocação, publicada conforme disposto na cláusula XII do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários" das 205ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A. ("Termo de Securitização"), nas edições dos dias 04, 05 e 06 de janeiro de 2024, nas edições conjuntas dos dias 06, 07 e 08 de janeiro de 2024", motivado pela necessidade de obtenção de maiores informações a respeito das matérias que serão objeto de deliberação pelos Titulares dos CRI. Diante do exposto acima, ficam canceladas as deliberações relativas às matérias constantes da ordem do dia do Edital de Convocação, divulgadas no dia 05 de janeiro de 2024, deixa de produzir efeitos, tendo em vista o cancelamento da Assembleia. São Paulo, 25 de janeiro de 2024. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0058895-42.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S.a. Executado: Romazzo Comércio de Generos Alimentícios Ltda. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0058895-42.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCOS DUQUE GADELHO JUNIOR, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Romazzo Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda (CNPJ. 08.871.340/0001-08), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 7.009.787,68 (novembro de 2023). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de dezembro de 2023.

25 e 27/01/2024

Organosolví - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.

CNPJ/ME nº 12.589.885/0001-95 - NIRE 35.300.454.791

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE JANEIRO DE 2024

Data, Hora, Local. 02.01.2024, às 10:00, de forma parcialmente digital, na sede social, Avenida Gonçalo Madeira, nº 400, 1º andar, lado A, São Paulo/SP. **Presenças.** Totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: Ciro Cambi Gouveia. Secretário: Eduardo Alves Rodrigues. **Deliberações Aprovadas.** 1. Aceitar a renúncia apresentada pelo Sr. **Domênico Barreto Granata**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG MG8299828 SSP/MG e CPF/ME 013.014.936-51, ao cargo de Diretor Presidente, apresentada nesta data, conforme termo de renúncia arquivado na sede da Companhia. 2. Eleger o Sr. **Anrafel Vargas Pereira da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 19.969.925-2 SSP/SP e CPF/ME 161.481.318-38, para o cargo de Diretor Presidente, com mandato até 18.01.2025, conforme termo de posse e declaração de impedimento. 3. Ratificar a composição da Diretoria, com mandato até 18.01.2025: **Anrafel Vargas Pereira da Silva** (Diretor Presidente) e **Marcelo de Lima Camargo** (Diretor Técnico). **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 02.01.2024. Acionista: **Solví Essencis Ambiental S.A. -** Por Ciro Cambi Gouveia e Eduardo Alves Rodrigues. JUCESP nº 27.392/24-7 em 19.01.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Banco Bradesco BBI S.A.

CNPJ nº 06.271.464/0001-19 – NIRE 35.300.335.791

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 12.12.2023

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2023, às 9h, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, tendo assumido a presidência dos trabalhos o senhor Bruno D'Avila Boetger, que convidou o senhor Antonio José da Barbara para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) os pedidos de renúncia formulados pelos senhores **Alan Marinovic** e **Marlos Francisco de Souza Araujo**, Diretores, em cartas de 4.12.2023, cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito; 2) a designação do senhor Clayton Neves Xavier, ocorrida em 4.12.2023: I. em substituição ao senhor Alan Marinovic, como responsável perante o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme segue:

.....

.....

CVM Responsabilidades/Normas
Pela supervisão dos procedimentos e Controles Internos - **Resolução CVM nº 35, de 26.5.2021, Art. 2º, inciso III**;
Pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos - **Resolução CVM nº 161, de 13.7.2022 - Art. 4º, inciso V**; e
Pela adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente (Suitability) - **Resolução CVM nº 30, de 11.5.2021, inciso III, Art 8º**.

II. .....

.....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Bruno D'Avila Melo Boetger, Antonio José da Barbara, Clayton Neves Xavier, José Gomes Fernandes, Luís Felipe Thut Maciel, Nairo José Martinelli Vidal Júnior e Rui Miguel Aleixo Marques. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco BBI S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz - Procuradores. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 3.864/24-8, em 10.1.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CAP TC Torres e Participações S.A.

CNPJ nº 34.878.487/0001-21

Demonstrações Financeiras - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ***(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)***

Relatório da Administração: Em 2022, a Companhia manteve seu objetivo de ser um provedor neutro de infraestrutura compartilhada para o setor de telecomunicações no Brasil, impulsionando a conectividade para a democratização de serviços digitais no Brasil. Esta estratégia combina crescimento orgânico, aquisição de novas empresas, desenvolvimento de novas soluções e otimização do processo financeiro para melhoria de margens. Neste ano, a controlada indireta Highline II concluiu a incorporação da Highline III, consolidando seu portfólio em uma única empresa. Foram construídos 449 novos sites "BTS" e iniciados 736 novos contratos com clientes impulsionando o crescimento orgânico da Companhia. Dos novos sites, 338 são parte do projeto Skycoverage que busca levar conectividade em zonas rurais do país. Em 2022, a Companhia assumiu o controle da NK 108 Participações S.A., com o objetivo de manter o crescimento por fusões e aquisições. Neste ano, foram adquiridos 77 sites. A Companhia e suas controladas mantiveram-se em adequada situação financeira, mesmo com aumento da inadimplência decorrente de valores herdados em processos de aquisições. Neste ano, a controlada Highline II realizou a segunda emissão de debêntures, captando R$ 1.650.000 (um bilhão e seiscentos e cinquenta milhões), e a NK 108 Empreendimentos e Participações S.A. realizou a primeira emissão de notas comerciais, no valor total de R$ 138 milhões (captado R$ 33.429 até 31 de dezembro de 2022).

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Ativo/Circulante		8.856	–	139.867	165.502
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.324	–	47.185	81.864
Contas a receber	4	–	–	69.662	63.237
Impostos a recuperar		1	–	826	1.523
Imposto de renda e contribuição social		31	–	2.845	10.849
Adiantamento a fornecedores	5	–	–	14.084	6.048
Partes relacionadas		1.500	–	1.500	–
Outros ativos		–	–	3.765	1.981
Não circulante		3.171.774	3.267.609	6.416.040	6.207.698
Contas a receber	4	–	–	51.861	35.490
Depósitos judiciais	13	–	–	587	661
Instrumentos financeiros derivativos	22.3	–	–	70.800	–
Outros ativos		–	–	553	2.510
Realizável a longo prazo					
Investimentos	6	3.171.774	3.267.609	–	–
Direito de uso	14	–	–	1.171.441	1.144.799
Imobilizado	7	–	–	1.252.727	1.045.783
Intangível	8	–	–	3.868.071	3.978.455
Total do ativo		3.180.630	3.267.609	6.555.907	6.373.200

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital subscrito e integralizado	Programa de remuneração - bônus subscrição	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1/01/2021		851.896	–	2.185.639	(47.713)	2.989.822
Aumento de capital	17	476.013	–	–	–	476.013
Resgate de ações		–	–	(3.000)		(3.000)
Emissão de bônus de subscrição		–	170	–	–	170
Prejuízo do exercício		–	–	–	(195.387)	(195.387)
Saldo em 31/12/2021		1.327.909	170	2.182.639	(243.100)	3.267.618
Aumento de capital	17	184.103	–	–	–	184.103
Resgate de reserva de capital		–	–	(3.000)	–	(3.000)
Emissão de bônus de subscrição		–	18	–	–	18
Prejuízo do exercício		–	–	–	(268.117)	(268.117)
Saldo em 31/12/2022		1.512.012	188	2.179.639	(511.217)	3.180.622

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A CAP TC Torres e Participações S.A. ("CAP TC" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 10/09/2019, tendo por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista no país. Em 9/12/2019, a Cap TC Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Cap TC FIP") adquiriu 100% das ações ordinárias da Cap TC, representativas de 100% do capital social total e votante da Companhia. Em 9/12/2019, a CAP TC adquiriu o controle acionário da Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. ("Highline"). A Highline detém um portfólio de Estações Rádio Base ("ERBs" ou "sites") em operação e em desenvolvimento, as quais possuem contratos de longo prazo de locação de suas capacidades com grandes empresas de telecomunicações. Os "sites" da Companhia e de suas controladas são construídos com capacidade para compartilhamento de diversos locatários. Em 26/09/2022, a Companhia assumiu o controle da NK 108 Empreendimentos e Participações S.A., com o propósito de adquirir sites de outras empresas para fins de locação. Em 31/12/2022, o total de sites mantidos pela Companhia e suas controladas são os seguintes:

	Quantidade Dezembro de 2022	Quantidade Dezembro de 2021
"Greenfield"	3.457	3.406
"Rooftop"	1.041	992
"Small Cell"	379	369
Das - "Indoor"	316	329
"Biosite"	299	353
"Others"	–	27
Total	5.492	5.476

1.1 Desempenho Financeiro: Em 31/12/2022, os saldos de ativo e passivo circulante resultam em capital circulante líquido negativo, no montante de R$ 355.450 no consolidado, (31/12/2021 R$ 969.309). Diante do contexto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos circulantes se referem a contas e registros de arrendamentos a pagar na controladora, sendo que a Administração prevê a geração de caixa decorrente dos aluguéis mensais a receber de seus clientes em montante suficiente para liquidar as obrigações a curto prazo. Ademais, o grupo recebeu um aporte de R$ 144 milhões em 8/02/2023. **1.2 Fatos relevantes:** Em 06/04/2022, a controlada direta Highline II concluiu a aquisição do controle da Global Participações Empresariais Ltda.. Esta aquisição representou o aumento de 6 "sites". Em 05/08/2022 a Companha incorporou esta controlada. Veja maiores detalhes na nota explicativa 6 - Investimentos. Em 31/05/2022, a controlada direta Highline II incorporou a controlada indireta Highline do Brasil III Infraestrutura de Telecomunicações e Highline Negócios Imobiliários Ltda. (investida da Highline II). Veja maiores detalhes na nota explicativa 6 - Investimentos. Em 24/11/2022, a controlada direta NK 108 adquiriu 61 infraestruturas de sites da Algar e, em 16/12/2022, concluiu a aquisição da empresa CPA III Participações Empresariais. Esta aquisição representou a aquisição de 16 sites. Veja maiores detalhes na nota explicativa 6 - Investimentos. **2. Resumo das principais práticas contábeis: 2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de acordo com as normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A Companhia e suas controladas atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o Real (R$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam operações significativas em moeda estrangeira. **2.3 Consolidação:** ***Base de consolidação:*** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores, se aplicável. ***Investimentos em controladas:*** O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **2.4 Utilização de julgamentos e estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. ***Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 14** - determinação do prazo do contrato de arrendamento. ***Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2022 que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 5** - mensuração da provisão para perda esperada para o contas a receber; • **Nota explicativa 6** - mensuração do valor justo preliminar na aquisição de controlada; • **Nota explicativa 7** - estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado; • **Nota explicativa 8** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; • **Nota explicativa 13** - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais; • **Nota explicativa 15** - Provisão para desmobilização de ativos. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **2.6 Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(iii) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7 Contas a receber de clientes:** Registradas pelos valores faturados, reconhecidos contabilmente pelo período de competência para os contratos de locação que possuem carência para faturamento, deduzidas da provisão para perdas esperadas. A provisão é constituída com base em análises individuais por risco de clientes sobre o saldo total de recebíveis, além de contas específicas a receber consideradas não cobráveis. **2.8 Ativo imobilizado:** Apresentado pelo custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de aquisição inclui os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e infraestrutura instaladas nos imóveis alugados de terceiros. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os gastos de manutenção e reparo são registrados no resultado do exercício quando incorridos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, como segue:

	Taxa média anual de depreciação - %
Estrutura vertical	4
Outros custos de instalação de "sites"	10
Sites adquiridos	4
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	20
Benfeitorias	20
Instalações	20
Equipamentos de informática	20
Outros	20

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação. **2.9 Intangível:** Apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Refere-se substancialmente ao ágio, contratos de clientes e rede de infraestrutura, oriundos das aquisições de controladas, e direito real de superfície para uso de terrenos. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado conforme segue:

	Taxa média anual de amortização
Contratos de clientes	3,9%
Rede de infraestrutura	2,9%
Direito real de superfície	3,7%
Software	20%

2.10 Provisão para desmobilização de ativos: Constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres instaladas em terrenos ou topos de prédios alugados de terceiros, de forma que seja registrada a melhor estimativa do montante de recursos necessários para restauração das áreas onde esses ativos foram instalados,

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Passivo/Circulante		8	1	517.688	1.134.812
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	–	–	136.282	808.338
Fornecedores	10	–	–	15.660	13.411
Aluguéis a pagar		–	–	29	–
Instrumentos financeiros derivativos	22.3	–	–	31.748	19.937
Obrigações tributárias	12	8	–	7.367	8.797
Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias	11	–	–	13.764	10.915
Passivos de arrendamento	14	–	–	280.546	221.509
Adiantamento de clientes	16	–	–	30.080	48.993
Outros passivos		–	1	2.212	2.912
Não circulante		–	–	2.857.597	1.970.780
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	–	–	1.627.629	794.466
Passivos de arrendamento LP	14	–	–

Casos de dengue aumentam devido ao El Niño e altas temperaturas

As alterações climáticas provocadas pelo fenômeno conhecido como El Niño contribuem para infestações por Aedes aegypti e para a explosão de casos de dengue registrada no Brasil. Isso porque a combinação de altas temperaturas e chuvas intermitentes é a receita perfeita para a proliferação do mosquito. O alerta é de infectologistas ouvidos pela Agência Brasil e pela Rádio Nacional.

Infectologista graduado pela Universidade Federal da Bahia e descobridor do vírus Zika no Brasil, o médico Antonio Carlos Bandeira explicou que um corredor climático que sai do Centro-Oeste e desce pela porção oeste das regiões Sudeste e Sul acaba por contribuir para o aumento de casos da dengue não só no Brasil, mas em países vizinhos como Paraguai e Argentina. "Isso facilitou. Fez com que o Aedes aegypti pudesse ser disseminado."

"É isso que faz com que a coisa se complique. Você tem esse corredor de calor, e ele fica oscilando, com muita precipitação pluviométrica, de forma intensiva. Isso facilitou demais. Calor e muita chuva intermitente são a combinação principal para a dengue", disse. "O Aedes aegypti se reproduz mais rápido e vive mais quanto mais elevada é a temperatura. A situação é essa. Ele vive mais e se multiplica mais."

O infectologista e consultor da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) para dengue, Kleber Luz, detalhou que o El Niño, de fato, contribui para o aumento do número de casos da doença, uma vez que eleva a temperatura do mar e, consequentemente, do continente. "Quando aumenta a temperatura, aumenta o número de mosquitos, a reprodutibilidade e o tempo de vida deles. Cada mosquito vai viver mais tempo, aumentando a chance de transmissão."

"Com as mudanças climáticas, quanto mais alta a temperatura, maior a proliferação do mosquito. Não só haverá um aumento do número de casos como uma expansão da área de acometimento por dengue. O Sul do Brasil que, antes, praticamente não tinha dengue, agora é sempre a região vice-líder no número de casos", disse. O estado do Paraná, por exemplo, já contabiliza quase 17 mil casos e quatro mortes provocadas pela doença desde julho.

Questionado se os sintomas da dengue estão mais fortes em 2024, dado o número de internações pelo país, o médico explica que essa tese não se confirma. "A dengue é sempre a mesma. Ela não é mais forte por conta das mudanças climáticas. Isso apenas aumenta o número de casos. E, quando aumenta o número de casos, de forma clara, aumenta o número de formas graves da doença porque mais gente precisa ser hospitalizada e mais gente pode vir a falecer." (Agencia Brasil)

Delegado da PF diz que Vale mentiu em simulação na mina em Brumadinho

O delegado da Polícia Federal (PF), Cristiano Campidelli, diz que a a mineradora Vale mentiu para os trabalhadores em simulações que foram realizadas antes do rompimento da barragem ocorrida na Mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho (MG), em janeiro de 2019. Campidelli afirma que a empresa repassou informações erradas.

"Em uma simulação, ela conseguiu reunir 99% do seu corpo interno e 83% do corpo externo. Essas pessoas foram orientadas. Foi dito que se a sirene tocasse, elas poderiam caminhar calmamente até o ponto de encontro, por 8, 10, 15 minutos. Mas a Vale sabia que a sirene não funcionava e sabia que essas pessoas teriam menos de um minuto para se autosalvar. Então essas pessoas morreram porque elas foram enganadas. A Vale cometeu homicídios e tornou impossível a defesa das vítimas", disse.

O delegado mencionou ainda outras ações da mineradora que contribuíram para a tragédia. "A verdade é que a Vale fez muito esforço para matar essas pessoas em Brumadinho", disse.

Campidelli foi convidado por familiares das vítimas para compartilhar informações da investigação da PF, cujo relatório final encontra-se em sigilo . Ele falou em um seminário ocorrido na segunda-feira (22) na Câmara Municipal de Brumadinho. O evento é parte da agenda organizada para lembrar mais um aniversário do rompimento da barragem. A tragédia completará exatos 5 anos nesta quinta-feira (25).

Ex-trabalhadoras da Vale confirmaram que participaram de uma simulação em 2018, onde foi apresentada uma rota de fuga que demandaria de 10 a 15 minutos de deslocamento. Segundo a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos do Rompimento da Barragem em Brumadinho (Avabrum), havia plena confiança nos protocolos de segurança da mineradora.

O rompimento da barragem liberou uma avalanche de rejeitos que soterrou 270 pessoas. A maioria delas, trabalhadores da própria Vale ou de empresas terceirizadas que prestavam serviço na mina. Como a tragédia ocorreu às 12h28, um número grande de pessoas se encontrava no refeitório da mina, que foi soterrado. A Avabrum contabiliza 272 vidas perdidas, incluindo na conta os bebês de duas mulheres que estavam grávidas.

Processo

Há um processo criminal em curso que tramita a partir de uma denúncia do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), apresentada em 2020 com base em investigações da Polícia Civil de Minas Gerais. São 16 réus, sendo 11 nomes ligados à Vale e outros cinco vinculados à Tüv Süd, empresa alemã que assinou a declaração de estabilidade da barragem. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou uma longa controvérsia e determinou a federalização do processo. Mas o Ministério Público Federal (MPF) reiterou a denúncia do MPMG.

As investigações da PF foram as últimas a serem concluídas. O inquérito foi encerrado em novembro de 2021, quando se anunciou o indiciamento de 19 pessoas. Mas a íntegra do relatório final e os nomes permanecem em segredo. Segundo Campidelli, são os mesmos 16 listados na denúncia do MPMG, acrescidos de mais três.

"Quanto mais tempo debruçado, você acaba encontrando mais informações. E foi isso que fez com que o número de indiciados do nosso inquérito tenha sido maior", relata Campidelli. Ele diz, no entanto, que a apuração da PF reforça conclusões da Polícia Civil de Minas Gerais e do MPMG.

Estabilidade

A denúncia apresentada pelo MPMG aponta que um conluio entre a Vale e a Tüv Süd resultou na emissão de declarações de condição de estabilidade falsas. O objetivo era esconder a real situação da barragem e permitir que as atividades da mineradora pudessem ser levadas adiante. A declaração de estabilidade de cada barragem precisa ser entregue duas vezes ao ano aos agentes fiscalizadores e, sem ela, as operações da estrutura precisam ser paralisadas.

De acordo com Campidelli, documentos apreendidos e compartilhados nas duas investigações mostraram que a barragem que se rompeu estava numa lista da Vale classificada como "zona de atenção". Além disso, sua situação foi discutida em um painel internacional com a presença da alta cúpula da mineradora.

Uma empresa contratada pela Vale para analisar a estabilidade da barragem chegou a calcular que o fator de segurança da estrutura era de 1,09, bem inferior ao mínimo geralmente exigido de 1,3. Ela se negou a assinar o laudo. Assim a Vale recorreu à Tüv Süd.

"O fator mínimo de segurança tem que ser 1,3 porque a barragem tem que suportar a carga dela de 100% e 30% a mais. É uma margem que dá segurança, exemplo, se vier uma chuva muito forte, se der um sismo, se passar máquinas pesadas fora de estrada. Quando o fator é de 1,09, significa que ela só aguenta 9% a mais. Qualquer interferência externa é um risco para aquela estrutura", explicou Campidelli.

Segundo o delegado, com o fator de segurança de 1,09, a barragem tinha 20 vezes mais chance de se romper do que o máximo tolerável. Ainda assim, a Tüv Süd assinou a declaração de estabilidade.

A PF também apurou que, em junho de 2018, durante a execução de perfurações geotécnicas na estrutura, a barragem balançou. Era uma situação que deveria ter sido comunicada aos agentes fiscalizadores, pois era uma emergência nível 10. "A Vale inicialmente classificou como nível 6 e depois classificou como nível 3", ressaltou Campidelli. Segundo o delegado, há fartura de provas comprovando todas as ações e omissões da Vale e descrevendo as ações de cada um dos indiciados.

Campidelli também critica a forma como a barragem foi auditada. "Vou dar um exemplo rápido. Quem tem carteira de habilitação e vai renovar, paga uma taxa e recebe o endereço de uma clínica para fazer o exame. Você não escolhe a clínica que você vai. É órgão de trânsito que determina. Com a mineração precisa ser assim. As empresas pagam uma taxa e a Agência Nacional de Mineração escolhe a empresa que vai auditar. Da forma que foi feito, havia meio que uma prostituição do mercado", acrescentou.

O relatório final do inquérito da PF foi encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF), a quem cabe analisar e decidir se leva à Justiça uma denúncia com base nele, o que ainda não foi feito. De acordo com procurador da República, Bruno Nominato de Oliveira, o MPF chegou a pedir o arquivamento do inquérito da PF em favor do trâmite estadual, que já estava mais adiantado. "O pedido de arquivamento ainda não havia sido apreciado quando o processo foi federalizado. Agora nós recebemos novos documentos do governo dos Estados Unidos que têm relação com o caso. Ainda vamos analisar esses documentos e decidir se vamos denunciar esses outros três".

Bruno diz que há uma avaliação que a inclusão de novos denunciados na ação judicial em curso pode atrasar ainda mais o julgamento. "Se formos denunciá-los, vamos fazer em outro processo, para não tumultuar o andamento do processo que já está em tramitando".

Federalização

No fim de 2022, após o STF determinar a federalização do caso e o processo ser remetido à Justiça Federal, o MPMG foi retirado de cena e coube ao MPF assumir o papel de instituição acusadora. O MPF poderia inclusive apresentar uma denúncia diferente, mas optou por reiterar a denúncia do MPMG. Ela foi aceita pela Justiça Federal em janeiro do ano passado.

O promotor do MPMG, Francisco Generoso, avalia que a denúncia é bem completa e inclusive foi elaborada buscando antecipar argumentos que a defesa dos réus poderia apresentar. "A Tüv Süd, além de ser auditora da barragem, inadequadamente possuía outros contratos com a Vale. Na medida em que a empresa auditora tem outros contratos com o auditado e interesse na assinatura de futuros contratos, essas auditorias ficam sob suspeita", defende.

Generoso integrou a força-tarefa do MPMG que investigou a tragédia e foi um dos signatários da denúncia. Ele lembra que uma das provas anexadas foi documento apreendido em cima da mesa de um dos réus, onde estava escrito: "Fazer um bom planejamento para barragem B1. Tomar cuidado". Outro material apreendido continha uma matriz de danos onde eram estimados os custos em caso de uma ruptura da barragem.

Também foi incluída uma lista com dados de vultosos contratos celebrados entre a Vale e a Tüv Süd. Outro anexo era um e-mail em que funcionários da empresa alemã falam entre si sobre possíveis chantagens da mineradora para que a declaração de estabilidade fosse assinada.

"Basicamente funcionava assim: você quer ter novos contratos, então eu preciso da declaração de condições de estabilidade. Isso ficou muito claro no decorrer das investigações. Outras empresas que haviam se recusado a dar declarações de condição de estabilidade foram simplesmente afastadas de outros trabalhos e a Tüv Süd foi quem absorveu uma fatia desses serviços".

De acordo com o procurador do MPF, Bruno Nominato, a denúncia foi reapresentada na Justiça Federal incluindo todos os anexos. Ele também esclarece que serão aproveitadas as conclusões presentes no inquérito da PF. "Todas as provas que foram produzidas serão utilizadas. Mesmo quando pediu o arquivamento do inquérito, o MPF ressalvou que iria querer compartilhar as provas que já haviam sido levantadas".

Em nota, a Vale afirma que, desde o início das investigações, sempre colaborou com as autoridades e continuará colaborando. A mineradora também avalia que, após a federalização do caso, o processo segue o curso regular. "A Vale reafirma seu respeito às famílias impactadas pelo rompimento da barragem e segue comprometida com a reparação dos danos", acrescenta o texto.

Perfuração

No curso das investigações da PF, peritos chegaram a produzir um laudo de engenharia citando uma terceira empresa. Assinado por peritos da PF, o documento apontou que uma perfuração realizada pela multinacional holandesa Fugro teria funcionado como o gatilho para o rompimento da barragem, que já estava em condição crítica.

Os apontamentos coincidem com conclusões de engenheiros da Universidade Politécnica da Catalunha que realizaram um trabalho de modelagem e simulação por computador a pedido do MPF. As análises mostraram que o fundo do furo B1-SM-13 reunia as condições propícias para gerar o episódio devido à sobrepressão de água. Campidelli esclarece, no entanto, que as investigações inocentaram a empresa holandesa.

"O fiscal da Vale que cuidava da perfuração intermediava todos os contatos entre auditora Tüv Süd e a empresa Fugro. Então a Fugro não foi informada, em momento algum, sobre os riscos da estrutura. Ela foi mantida em erro pela própria Vale e pela empresa Tüv Süd. A Fugro foi chamada a fazer uma perfuração em uma estrutura que ela não sabia que estava em péssima condição. A Vale deu informações básicas, mas omitiu os dados da gestão de riscos geotécnicos", explicou.

A gestão de riscos geotécnicos era um programa interno da Vale. Conforme mostrou o inquérito, os dados sobre os fatores de segurança e sobre o risco de rompimento eram informações internas. Mas eles não foram apresentados à Agência Nacional de Mineração (ANM). Mesmo que a Fugro buscasse informações dessa barragem junto aos fiscais da ANM, ela receberia a informação de que a declaração de estabilidade atestava que a estrutura estava segura.

Em nota, a Fugro lamentou a tragédia e lembrou que perdeu quatro empregados. A empresa holandesa disse cooperar com as investigações. "As autoridades concluíram que a Fugro não teve responsabilidade no rompimento da barragem. Tanto é assim que, nem a Fugro nem quaisquer de seus empregados são réus em ações civis ou criminais decorrentes de tais investigações", registra o texto. (Agencia Brasil)

Agências do Trabalhador do PR colocaram 62 mil mulheres no mercado de trabalho em 2023

O Paraná alcançou em 2023 o primeiro lugar do ranking nacional de empregabilidade de mulheres via Agências do Trabalhador. Foram 62.248 contratos de trabalho com carteira assinada intermediados pela Rede Sine no Estado. O número equivale a 38% de todos os 165.328 encaixes via Sine em todo o País. São Paulo aparece em segundo com 23.257 e o Ceará em terceiro com 21.357.

Entre os estados da região Sul, o desempenho do Paraná foi responsável por 76% das 81.155 contratações registradas em 2023. O Rio Grande do Sul encerrou o ano com 14.707 contratações via Sine, enquanto Santa Catarina registrou 4.200.

Esse é o melhor resultado obtido pelo Estado para este recorte nos últimos dez anos, superando as 51.938 contratações de mulheres registradas em 2022 nas agências públicas. O desempenho do ano passado também supera em 20% o resultado de 2013, com 51.804 encaixes, o melhor da década até então. Também representa 40% de todas as 154 mil contratações efetivadas nas Agências em 2023.

Especificamente no mês de dezembro de 2023, as Agências do Trabalhador no Paraná intermediaram 7.073 vagas. O estado de São Paulo novamente aparece na segunda posição (3.546). Em terceiro lugar ficou com o Rio Grande do Sul, com a colocação de 2.594 trabalhadoras em vagas de emprego com carteira assinada.

Para o secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, Mauro Moraes, o avanço significativo da empregabilidade feminina é um indicador importante para novas ações pontuais, de forma a ampliar ainda mais o número de postos de trabalho ocupados por elas. "Ao longo de 2023, promovemos diversas ações de empregabilidade com enfoque na promoção de oportunidades para as mulheres, como a oferta de cursos de qualificação profissional em áreas com maior procura por mão de obra feminina", comentou.

De janeiro a novembro do ano passado, as mulheres também conquistaram 98% das vagas gerais de ensino superior oferecidas no Estado, de acordo com um levantamento da Secretaria com base nos dados do Caged. "É um dado importante que tem feito a Agência do Trabalhador Central de Curitiba investir em vagas especializadas, fazendo uma busca ativa por empresas que buscam profissionais com formação superior e técnica", complementou. (AENPR)

Ministério da Saúde vai debater uso da medicina indígena no SUS

Portaria do Ministério da Saúde publicada na edição do Diário Oficial da União da quarta-feira (24) cria, no âmbito da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), um grupo encarregado de elaborar proposta para o eventual estabelecimento de um programa nacional de emprego da medicina indígena no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi-SUS).

Assinada pelo secretário nacional Ricardo Weibe Tapeba, a Portaria nº 8, da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), estabelece que o chamado Grupo de Trabalho de Medicinas Indígenas terá caráter consultivo.

Composto por representantes de áreas técnicas da própria Sesai, o grupo de trabalho poderá convidar especialistas de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, além de representantes de organizações não governamentais (ONGs) e de governos de outros países para participar de reuniões e colaborar com a proposta de criação do Programa em Medicinas Indígenas.

Caberá aos membros do grupo de trabalho organizar e sistematizar as recomendações, bem como debater, revisar, avaliar e auxiliar tecnicamente na promoção de ações e estratégias relativas as medicinas indígenas no âmbito do Sasi-SUS.

O grupo deverá concluir suas atividades em 12 meses, contados a partir da última quarta-feira, mas o prazo inicial pode ser prorrogado por igual período. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos